



# WEB GUARDIANS

NAVEGANDO COM SEGURANÇA NA INTERNET

DIREITOS DIGITAIS: NAVEGAR COM  
CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE



Alcino Franco de Moura Júnior  
Vânia Ereni Lima Vieira  
Harmony Diosinay Maciel de Araújo  
Wane Elayne Soares Eulálio



*série*  
**POPULARIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO**

**VOLUME 9**

**DIREITOS DIGITAIS:  
NAVEGAR COM  
CONSCIÊNCIA E  
RESPONSABILIDADE**

## **Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes**

Wagner de Paulo Santiago  
*Reitor*

Dalton Caldeira Rocha  
*Vice-Reitor*

Ivana Ferrante Rebello  
*Pró-Reitora de Ensino*

Marlon Cristian Toledo Pereira  
*Pró-Reitor de Pós-Graduação*

Maria das Dores Magalhães Veloso  
*Pró-Reitora de Pesquisa*

Pablo Peron de Paula  
*Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças*

Rogério Othon Teixeira Alves  
*Pró-Reitor de Extensão*

### **©Editora Unimontes**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
*Editora Geral*

### **Conselho Editorial**

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Royo

Apoio:



Alcino Franco de Moura Júnior  
Vânia Ereni Lima Vieira  
Harmony Diosinay Maciel de Araújo  
Wane Elayne Soares Eulálio

**VOLUME 9**

# DIREITOS DIGITAIS: NAVEGAR COM CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

EDITORA  
  
**Unimontes**

**Coordenadores da Coleção**  
Fábia Magali Santos Vieira  
Alcino Franco de Moura Júnior  
Christine Martins de Matos  
Lérica Maria Mendes Veloso  
Vanderson Gonçalves da Silva

Laura Silveira Fahel  
*Projeto gráfico, capa e diagramação*

Antônio Durães de Oliveira Neto  
Maria da Penha Brandim de Lima  
*Revisão linguística*

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro  
Maria Gabriela de Souza  
Luana Pereira Santos  
*Equipe Editorial*

Este livro foi selecionado por edital e submetido a parecer duplo cego.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Direitos digitais [livro eletrônico] : navegar com consciência e  
responsabilidade / Alcino Franco de Moura Junior...[et al.]. -- 1.  
ed. -- Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2026. -- (Coleção  
Webguardians : navegando com segurança na internet ; 9)  
PDF  
Outros autores: Vânia Ereni Lima Vieira, Harmony Diosinay Maciel  
de Araújo, Wane Elayne Soares Eulálio.  
ISBN 978-85-7739-795-2

1. Direito digital 2. Educação digital 3. Internet (Rede de  
computadores) - Medidas de segurança 4. Tecnologias digitais I.  
Moura Junior, Alcino Franco de. II. Vieira, Vânia Ereni Lima. III. Araújo,  
Harmony Diosinay Maciel de. IV. Eulálio, Wane Elayne Soares. V. Série.

26-345223.0

CDD-371.33

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação e tecnologias digitais 371.33

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

**©Editora Unimontes**

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.  
[www.editora.unimontes.br](http://www.editora.unimontes.br) | [editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)

Filiada à



# VOLUMES DA COLEÇÃO WEBGUARDIANS

## VOLUME 1

Antes de clicar: conhecer, prevenir, proteger

## VOLUME 2

Explorando a internet

## VOLUME 3

Guardiões da privacidade: protegendo seus dados

## VOLUME 4

Aventuras na navegação: reconhecendo e evitando perigos na internet

## VOLUME 5

Derrotando vilões: o *cyberbullying*

## VOLUME 6

Identidade digital: construindo uma presença virtual segura e consciente na cultura digital

## VOLUME 7

Entre likes e laços: construindo relações saudáveis na internet

## VOLUME 8

Universo gamer consciente: diversão com limites e valores

## VOLUME 9

Direitos digitais: navegar com consciência e responsabilidade

# SUMÁRIO



Apresentação da Coleção WebGuardians 9

Apresentação do Volume 9 12

1 Introdução 14

2 Conteúdos 17

3 Objetivos 18

4 Navegando juntos 19

5 Planejando o ensino 39

6 Mãos à obra 58

7 Integração do tema com outras disciplinas 75

8 Conectando saberes 82

9 Mais informações 84

10 Para explorar mais 86

Referências 91

# APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO WEBGUARDIANS

Prezados(as) educadores(as), pais, mães e responsáveis,

Vivemos em uma era em que a presença digital é parte inseparável da vida cotidiana de crianças e adolescentes. A internet oferece inúmeras possibilidades de aprendizagem, comunicação e entretenimento, mas também expõe esse público a riscos que nem sempre compreendem plenamente, nem estão preparados para enfrentar sozinhos. Nesse cenário, torna-se essencial compreender como crianças e adolescentes reagem aos riscos presentes na internet e de que forma estratégias educativas e a mediação parental podem promover práticas de navegação segura e cidadania digital crítica.

Foi com esse propósito que nasceu o projeto de ensino da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, *WebGuardians: Navegando com Segurança na Internet*, aprovado e financiado pela FAPEMIG, em desenvolvimento na Escola Estadual João Miguel Teixeira de Jesus, em Montes Claros/MG. A iniciativa tem como objetivo orientar pais e professores para preparem as crianças e adolescentes da Educação Básica para o uso crítico, seguro e consciente da internet, com base em práticas educativas integradas à mediação familiar e escolar.

A presente coleção didática é fruto das ações do Grupo de Pesquisa HUB de Educação Digital, da

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Ela foi cuidadosamente elaborada para auxiliar educadores, responsáveis e estudantes na compreensão dos desafios e possibilidades do ambiente digital, oferecendo abordagens lúdicas e educativas para uma convivência *online* ética e segura.

## SOBRE A COLEÇÃO

Cada volume da coleção aborda um tema essencial da segurança digital, como a proteção de dados, o enfrentamento ao *cyberbullying*, a construção da identidade digital e o equilíbrio no uso das tecnologias. Veja abaixo a estrutura da série:

Volumes	Título
1	Antes de clicar: conhecer, prevenir, proteger
2	Explorando a internet
3	Guardiões da privacidade: protegendo seus dados
4	Aventuras na navegação: reconhecendo e evitando perigos na internet
5	Derrotando vilões: o <i>cyberbullying</i>
6	Identidade digital: construindo uma presença virtual segura e consciente na cultura digital
7	Entre likes e laços: construindo relações saudáveis na internet
8	Universo gamer consciente: diversão com limites e valores
9	Direitos digitais: navegar com consciência e responsabilidade

Além de trazer materiais acessíveis e adaptados à realidade dos estudantes da Educação Básica, cada volume conta com seções dedicadas a educadores e familiares, incluindo orientações, propostas de atividades, sugestões de leitura e recomendações para mediação e diálogo com os jovens.

### POR QUE WEBGUARDIANS?

Porque acreditamos que proteger não é isolar, e sim formar. A formação de jovens cidadãos digitais exige uma rede de apoio – entre escola, família e comunidade – que promova o uso consciente das tecnologias, a empatia nas interações e a responsabilidade no ambiente virtual.

Convidamos você a fazer parte desta rede. A coleção *WebGuardians* está à disposição para apoiar seu trabalho em sala de aula ou em casa, promovendo reflexões, ações preventivas e práticas educativas inovadoras.

*• Em caso de dúvidas, sugestões ou interesse em parceria, acesse nossa plataforma WebGuardians para dialogar com a equipe, compartilhar experiências e acessar materiais complementares.*

### SEJAM BEM-VINDOS À NOSSA MISSÃO.

Junte-se aos *WebGuardians*. Vamos juntos construir uma internet mais segura e cidadã para todos.



# APRESENTAÇÃO DO VOLUME 9

Prezados(as) professores(as), educadores(as), pais, tutores e responsáveis,

É com grande satisfação que apresentamos o volume 9, Direitos Digitais: navegar com consciência e responsabilidade, da Coleção *WebGuardians: Navegando com Segurança na Internet*. Este material foi desenvolvido com o objetivo de apoiar professores na abordagem de temas relacionados à privacidade e segurança de dados no ambiente escolar, preparando crianças e jovens para navegarem na internet, de forma consciente e segura, com o apoio de professores, comunidade escolar e familiares.

No mundo digital em que vivemos, o volume e a complexidade das informações que compartilhamos diariamente exigem um cuidado cada vez maior com a privacidade. Este volume da coleção *WebGuardians: Navegando com Segurança na Internet* oferece conteúdos didáticos e práticos que orientam os estudantes sobre a importância de proteger suas informações pessoais e as de outros, promovendo uma cultura de responsabilidade e cidadania digital.

O volume 9, Direitos Digitais: navegar com consciência e responsabilidade traz uma série de informações importantes, além de sugestões de atividades que poderão ser aplicadas em sala de aula. Essas atividades são

cuidadosamente elaboradas para colaborar com metodologias que sustentem os principais objetivos do nosso trabalho, integrando o aprendizado sobre privacidade com práticas que incentivem a reflexão crítica e o engajamento ativo dos estudantes.

Ao adotar este material, acreditamos que vocês contribuirão, significativamente, para a formação de cidadãos digitais conscientes, preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais conectado. Agradecemos por seu empenho em educar as próximas gerações e por seu compromisso com a construção de uma sociedade mais segura e informada.

Estamos à disposição para qualquer suporte necessário ao longo desse relevante trabalho. Que este volume, junto com os outros volumes desta coleção, seja um valioso recurso em sua prática docente, e que juntos possamos transformar a experiência de nossos estudantes no ambiente digital.

Com os melhores cumprimentos,

**Equipe WebGuardians**

*Cuidando do presente para proteger o futuro digital de nossos filhos e estudantes.*

# INTRODUÇÃO

O Direitos Digitais: navegar com consciência e responsabilidade, título deste volume 9 da coleção *WebGuardians: Navegando com Segurança na Internet*, continua a missão de promover a educação digital consciente e responsável. Em uma era em que a internet é uma ferramenta indispensável para o cotidiano, surgem questões que envolvem tanto a liberdade de uso quanto as implicações legais que acompanham esse ambiente dinâmico. A proposta deste volume é abordar essas questões, orientando educadores a compreenderem e respeitarem os limites legais, ao mesmo tempo em que aproveitam os benefícios do mundo digital.

No contexto atual, a privacidade e a proteção de dados pessoais tornaram-se preocupações fundamentais, especialmente com a ampliação da coleta e utilização de informações pessoais por diversas plataformas digitais. Este volume apresenta uma análise prática da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Brasil, 2018), que busca garantir a segurança dos usuários ao mesmo tempo em que promove a conscientização sobre o uso adequado dessas informações. A intenção é preparar os estudantes para lidarem com esses desafios e para que saibam como proteger suas próprias informações *online*.

Outro tema essencial é o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual. Com o fácil acesso a

conteúdos digitais, muitas vezes, surgem dúvidas sobre o que é permitido usar e como atribuir, adequadamente, as criações dos outros. Este volume oferece uma série de atividades e discussões para que educadores possam ensinar os estudantes a navegarem nesse espaço de forma ética, respeitando as criações intelectuais e promovendo o uso correto das obras digitais.

Os cibercrimes, com foco na proteção de crianças e adolescentes, são um dos pontos centrais deste volume. Com a exposição crescente de jovens ao ambiente *online*, as ameaças virtuais, como o *cyberbullying*, o aliciamento e a exploração, tornam-se mais frequentes. O objetivo aqui é proporcionar orientações claras e práticas sobre como identificar esses riscos e tomar as medidas preventivas necessárias para garantir a segurança no ambiente digital.

Além disso, o volume aborda o impacto das *fake news* e da desinformação, fenômenos que afetam diretamente a confiança e a estabilidade social. Discute-se a importância de entender a liberdade de expressão e os seus limites no ambiente digital, destacando que o direito de se expressar deve ser equilibrado com a responsabilidade de não propagar desinformação. Os estudantes são incentivados a refletir criticamente sobre a veracidade das informações que consomem e compartilham, fortalecendo sua capacidade de identificar e combater notícias falsas.

O principal objetivo deste volume é ajudar pais, educadores e estudantes a alcançarem um equilíbrio entre as liberdades que a internet oferece e as responsabilidades legais que acompanham o uso dessas ferramentas. Com uma abordagem prática, crítica e reflexiva,

Direitos Digitais: navegar com consciência e responsabilidade busca proporcionar uma formação sólida que prepara os leitores para enfrentar os desafios do ambiente digital de forma ética, informada e segura.

## CONTEÚDOS

- ➔ Questões legais gerais para o uso seguro e consciente da internet.
- ➔ Privacidade e LGPD na proteção de dados pessoais dos usuários.
- ➔ Direitos autorais e as consequências do plágio no ambiente digital.
- ➔ Combate a cibercrimes e ameaças virtuais contra crianças e adolescentes.
- ➔ Limites da liberdade de expressão e os impactos negativos das *fake news*.

## OBJETIVOS

- ➔ Discutir questões legais relacionadas ao uso da internet, com foco em crianças e adolescentes;
- ➔ Explorar os direitos e deveres dos usuários no ambiente digital, destacando a importância de cumprir as leis e regulamentos para uma navegação segura e responsável.

# NAVEGANDO JUNTOS

A complexidade do equilíbrio entre questões legais relacionadas ao uso da internet um tema crucial na era atual é explorada neste capítulo. Com o crescimento contínuo da internet como uma ferramenta fundamental em várias esferas da vida diária, a privacidade dos dados pessoais, a proteção de informação e a ética digital emergem como preocupações de destaque. No decorrer deste capítulo, são examinadas as principais legislações vigentes, como o regulamento de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como outros marcos legais que regem o âmbito da segurança e privacidade na utilização da internet, com o intuito de garantir o respeito aos direitos individuais dos cidadãos. Ademais, são debatidas questões pertinentes à propriedade intelectual, propagação de informações falsas (*fake news*), além da proteção de menores no ambiente digital, proporcionando uma base sólida para compreender os desafios, bem como responsabilidades intrínsecas ao mundo interligado.

## PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A rápida ascensão da internet trouxe uma nova realidade de funcionalidades e aplicações diversificadas, mas também levantou questões vitais sobre a privacidade dos usuários. A proteção dos dados pessoais se tornou um tema central, visto que a forma como essas informações

são tratadas pode trazer sérios riscos. Desde o uso inadequado até prováveis abusos, como a ameaça de expor a identidade e os detalhes pessoais dos indivíduos, é uma preocupação constante. Nesse sentido, para Doneda (2011, p. 92), “[...] a proteção de dados pessoais é considerada em diversos ordenamentos jurídicos como um instrumento essencial para a proteção da pessoa humana e como um direito fundamental”.

Essa situação impulsionou o desenvolvimento de novas legislações voltadas para a proteção da privacidade, culminando na promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, estabelecida pela Lei nº 13.709, em 14 de agosto de 2018 (Brasil, 2022). Essa legislação representa um marco importante na regulamentação da coleta, uso e compartilhamento de dados pessoais, buscando assegurar os direitos fundamentais e a segurança das informações dos cidadãos brasileiros. Além disso, a LGPD estabelece diretrizes rigorosas sobre como os dados pessoais devem ser tratados, conferindo aos usuários mais controle sobre suas informações. Com isso, as pessoas agora têm o direito de saber como seus dados são utilizados, podendo solicitar sua correção, exclusão e, até mesmo, a portabilidade, garantindo assim uma maior transparência e responsabilização das entidades que manipulam dados. Ao instituir obrigações claras sobre o tratamento de dados pessoais, a LGPD não apenas busca proteger a privacidade, mas também reafirma a importância da liberdade individual, conforme delineado no art. 2º. [1]. Nesse contexto, as organizações são instadas a adotar práticas mais transparentes e responsáveis, garantindo que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam respeitados e fortalecidos. A conformidade com

a LGPD, portanto, não é apenas uma questão legal, mas uma oportunidade para promover a confiança e a ética no relacionamento com clientes e usuários (Ferreira; Pinheiro; Marques, 2022).

A LGPD é um marco na legislação brasileira, estabelecendo regras claras sobre a coleta, o armazenamento e o uso de dados pessoais. Inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, a LGPD busca garantir maior transparência e controle dos usuários sobre suas informações pessoais. De acordo com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), essa lei é essencial para promover a privacidade e proteger os cidadãos de abusos, oferecendo direitos como o acesso, correção, exclusão e portabilidade dos dados. Além disso, estabelece uma maior responsabilidade para as empresas, que precisam implementar medidas de segurança rigorosas. Para saber mais sobre as melhores práticas na proteção de dados pessoais, consulte a página oficial da ANPD: [www.gov.br/anpd](http://www.gov.br/anpd).

A LGPD representa um passo significativo na busca por maior segurança e privacidade no ambiente digital, um espaço que se torna cada vez mais relevante no dia a dia. Nessa nova realidade, os dados pessoais são frequentemente vistos como ativos valiosos, e a lei surge como um suporte para a proteção dessas informações. Em um cenário no qual a informação se estabelece como um dos recursos mais importantes da sociedade moderna, a LGPD se destaca ao estabelecer diretrizes rigorosas para a preservação dos dados pessoais (Almeida; Soares, 2022). No mesmo sentido, Ferreira, Pinheiro e Marques (2022) sublinham que esse marco legal não apenas reconhece a importância da proteção de dados, mas também promove

um compromisso sério com a ética e a transparência nas relações entre empresas e indivíduos. Os dispositivos contidos na lei, especialmente no capítulo II, que aborda o tratamento de dados, são fundamentais para assegurar que os direitos dos cidadãos sejam respeitados em um mundo digital saturado de informações. Através dessa legislação, busca-se estabelecer uma cultura de respeito à privacidade, enfatizando que o uso de dados pessoais deve sempre ser pautado pelo consentimento e pela proteção dos direitos fundamentais de cada pessoa.

O direito à privacidade do usuário é um princípio fundamental que visa proteger a intimidade e a autonomia do indivíduo em um mundo cada vez mais digitalizado. Na era da informação, quando dados pessoais são frequentemente coletados, armazenados e compartilhados, garantir a privacidade torna-se essencial para resguardar não apenas a segurança dos usuários, mas também sua dignidade e liberdade. Isso é particularmente importante, pois a exposição não autorizada de informações pessoais pode resultar em consequências, como fraudes, assédio e manipulação (Ferreira; Pinheiro; Marques, 2022). Conforme definem os autores, “a privacidade refere-se a tudo o que o indivíduo não pretende que seja de conhecimento público, reservado apenas aos integrantes de seu círculo de convivência particular, enquanto a intimidade diz respeito única e exclusivamente ao indivíduo” (Bezerra; Waltz, 2014, p. 162 *apud* Ferreira; Pinheiro; Marques, 2022, p. 154).

O capítulo II da LGPD, dedicado ao tratamento de dados pessoais, estabelece diretrizes claras que visam proteger os direitos dos indivíduos. Na Seção I, especificamente no Art. 7º. [1], são elencados os requisitos

para esse tratamento, trazendo à tona a necessidade de consentimento expresso dos titulares dos dados, além de situações em que o tratamento pode ocorrer, como a proteção da vida, a realização de estudos por entidades de pesquisa e o cumprimento de obrigações legais. Desse modo, o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais é amplo e abrangente, englobando não apenas os dados em si, mas também a intimidade e segurança dos ambientes e das comunicações do indivíduo, pois, os direitos de privacidade incluem o direito de manter informações pessoais longe do acesso não autorizado, promovendo um maior controle e proteção da vida privada do indivíduo.

O meio digital, atualmente, oferece uma vasta gama de ferramentas que facilitam o processo de coleta de dados, em conformidade com as normativas estabelecidas pela LGPD. Essas ferramentas são fundamentais para garantir que toda atividade que requer o uso de dados pessoais esteja respaldada por procedimentos internos adequados e políticas de privacidade eficazes. Ao adotar tais medidas, as empresas e instituições não apenas se resguardam de potenciais riscos legais, mas também demonstram um compromisso ético com a segurança das informações dos usuários (Almeida; Soares, 2022; Ferreira; Pinheiro; Marques, 2022, p. 154).

Assim, no cenário de crescente preocupação com a privacidade, é imprescindível que as organizações se atentem para a importância da conformidade com as normas da LGPD. O cumprimento dessas regulamentações, longe de ser apenas uma recomendação, torna-se uma obrigatoriedade. Portanto, é crucial que as empresas invistam na implementação de práticas que assegurem

o tratamento adequado dos dados pessoais, criando um ambiente mais seguro e confiável tanto para os consumidores quanto para o mercado. Essa conduta não apenas reforça a confiança dos usuários, mas também propicia um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

## DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade intelectual é um dos temas frequentemente “esquecidos” pelos profissionais do direito, mas, na verdade, está profundamente enraizada no cotidiano, mesmo que, muitas vezes, não seja reconhecida. Desde as músicas que se ouve até os livros que se lê, as criações protegidas por direitos autorais e propriedade industrial influenciam a vida das pessoas de maneiras significativas. Esse campo legal, ao garantir que os criadores tenham seus direitos respeitados, promove um ambiente propício à inovação e à criatividade, refletindo a grande importância da propriedade intelectual na sociedade moderna (Chagas, 2021).

A propriedade intelectual é um campo que protege as criações humanas, incentivando a inovação e a criatividade. Com a ascensão da internet, os desafios para proteger os direitos autorais aumentaram. A pirataria digital e o uso indevido de obras são problemas crescentes. De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), os criadores precisam ser reconhecidos pelos seus trabalhos, garantindo um equilíbrio entre acesso à cultura e proteção dos direitos. Para mais informações sobre proteção de direitos autorais no ambiente digital, visite o site da OMPI: [www.wipo.int](http://www.wipo.int)

Segundo Chagas (2021), o tema é explorado no contexto do Direito Intelectual, um campo que regula, reconhece e protege as criações do “espírito” humano que podem ser comercializadas. Seu propósito é salvar e estimular a criação, a inovação, a invenção e a criatividade. Ao garantir que os autores e inventores tenham seus direitos respeitados, o Direito Intelectual não apenas valoriza o talento humano, mas também promove um ambiente fértil para novas ideias e expressões artísticas, impulsionando o progresso e a diversidade cultural. No mesmo sentido, Souza e Murakawa (2016) complementam, afirmando que propriedade intelectual é definida como:

[...] a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (Souza; Murakawa, 2016, p. 4).

Do Direito Intelectual, emergem dois sub-ramos principais: a propriedade industrial e os direitos autorais. A propriedade industrial se concentra na proteção de invenções, marcas e desenhos industriais, assegurando que inovações possam ser exploradas comercialmente. Por sua vez, os direitos autorais protegem as obras criativas, como livros, músicas e artes visuais, garantindo que os autores recebam reconhecimento e

compensação por suas criações. Juntos, esses sub-ramos formam a estrutura que sustenta a criatividade e a inovação em diversas áreas.

A Lei da Propriedade Industrial (LPI), conhecida como Lei nº 9.279/96 (Brasil, 1996), é a legislação que regula a matéria no Brasil. Ela estabelece as normas para a proteção de invenções, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas, promovendo um ambiente seguro para a inovação e o desenvolvimento econômico. A LPI desempenha um papel fundamental ao garantir que inventores e empresas possam proteger suas criações, estimulando a concorrência leal e a criatividade no mercado (Chagas, 2021).

Quanto ao direito autoral,

É o ramo do direito que protege as obras literárias, artísticas ou científicas e que regulamenta as relações jurídicas surgidas a partir da sua criação e utilização. As obras protegidas podem ser expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte. A garantia de proteção ao direito de autor é prevista no artigo 5º, inciso XXVII, da Constituição Federal, e sua regulamentação é feita pela Lei nº 9.610/98 (Souza; Murakawa, 2016, p. 23).

Também há a Lei nº 9.609/98 (Brasil, 1998), que aborda os direitos autorais específicos de programas de computação, garantindo a proteção das criações no âmbito da tecnologia e da informática. Por outro lado, a Lei no. 9.610/98 (Brasil, 1998) regula os direitos autorais das demais obras artísticas e intelectuais, abrangendo produções como literatura, música, artes visuais e cinema. Juntas, essas leis formam uma estrutura legal essencial para proteger a criatividade e a inovação em suas diversas formas, assegurando que os autores tenham

seus direitos reconhecidos e respeitados. Nesse contexto, essa proteção é vital para impedir que terceiros se aproveitem, indevidamente, das ideias, sem autorização. Sem uma estrutura formal, os criadores ficariam sem respaldo legal, deixando suas inovações vulneráveis à exploração alheia (Souza; Murakawa, 2016).

Frente ao exposto, é importante se lembrar da proteção *sui generis*, um sistema jurídico criado para proteger ativos que não se encaixam nas categorias tradicionais de propriedade intelectual, como a patente. Atuando como uma alternativa para garantir direitos de propriedade intelectual em áreas específicas, a proteção *sui generis* contribui para a valorização de inovações e saberes culturais, mostrando-se, especialmente, relevante em áreas como cultivares, topografia de circuitos integrados e conhecimento tradicional (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2016).

Cultivares, conforme o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (2016), são variedades de plantas superiores que se distinguem por características únicas e são protegidas no Brasil pelo Certificado de Proteção de Cultivar, emitido pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Quanto à topografia de circuitos integrados, refere-se à representação da configuração de um circuito integrado, protegida por um registro válido por dez anos, garantindo aos criadores direitos exclusivos sobre seus projetos enquanto o conhecimento tradicional abrange os saberes, as práticas e as tradições passadas de geração para geração pelas comunidades. Sua proteção busca assegurar que essas comunidades tenham uma repartição justa dos benefícios provenientes da utilização comercial de seus conhecimentos.

Os direitos autorais e a propriedade intelectual são fundamentais para a proteção das criações e inovações humanas. Eles garantem que autores e inventores possam usufruir dos benefícios econômicos de seu trabalho, incentivando a criatividade e a originalidade. No entanto, o equilíbrio entre a proteção dos direitos dos criadores e o acesso à cultura e conhecimento é crucial. Em um mundo cada vez mais digital e globalizado, é essencial adaptar as leis de propriedade intelectual para lidar com os novos desafios, como a pirataria e o uso indevido de obras, ao mesmo tempo em que se promove a inovação e o compartilhamento responsável de informações. Portanto, a discussão e a atualização das normas relacionadas a esses temas são indispensáveis para assegurar um ambiente justo e produtivo para todos os envolvidos.

## **CIBERCRIMES: PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET**

A internet revolucionou a sociedade, proporcionando benefícios significativos, como acesso à comunicação instantânea, vasto conteúdo informativo, oportunidades de educação e diversas opções de entretenimento. No entanto, essa mesma conectividade também deu origem a práticas ilícitas, conhecidas como crimes cibernéticos ou cyberameaças, que se aproveitam das vulnerabilidades da rede global. Esses delitos incluem fraudes, roubo de dados, disseminação de malware e assédio virtual, entre outros, representando riscos reais para indivíduos e instituições (Purificação; Viana, 2023). Nessa mesma linha de raciocínio, a era digital trouxe consigo uma série de desafios e fenômenos que merecem

a atenção de pais e responsáveis por crianças e adolescentes. Termos como cibercrimes, sexting, oversharing, *cyberbullying* e deep fakes são cada vez mais comuns, mas podem ser desconhecidos ou minimizados por muitos (Minas Gerais, 2024).

Os cibercrimes englobam atividades ilegais que ocorrem na internet, como fraudes financeiras e roubo de identidade. Ensinar as crianças a navegarem de forma segura nesse ambiente é essencial, ajudando-as a reconhecer comportamentos suspeitos e a proteger suas informações pessoais. O sexting, por sua vez, refere-se ao envio de mensagens ou imagens sexualmente explícitas que, embora possa parecer normal entre adolescentes, pode gerar sérias consequências, como a disseminação de conteúdo não consensual e situações de *bullying*. Outro conceito importante é o oversharing, que se refere ao compartilhamento excessivo de informações pessoais nas redes sociais. Adolescentes, muitas vezes, não percebem que expor demasiados detalhes sobre suas vidas pode ser perigoso. Já o *cyberbullying* consiste em uma forma de *bullying* que acontece por meio de plataformas digitais, causando danos significativos à saúde mental das vítimas, enquanto as deep fakes, que empregam inteligência artificial para criar imagens ou vídeos enganosos, podem ser utilizadas para danificar a reputação de alguém ou espalhar desinformação (Minas Gerais, 2024).

Segundo o relatório TIC Kids Online Brasil 2022, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), mais de 30% das crianças e adolescentes brasileiros já relataram ter sofrido algum tipo de assédio *online*. Assim, a fim de contrapor as novas formas de violência geradas pela era digital contra crianças e adolescentes, incluindo crimes

como *cyberbullying*, pornografia infantil e sexting, além da implementação da Lei de Cibercrimes, outras iniciativas de conscientização surgiram, como a SaferNet Brasil, que oferecem recursos para pais, educadores e jovens sobre o uso seguro da internet. Saiba mais sobre segurança digital em: [www.safernet.org.br](http://www.safernet.org.br).

Lowenkron (2015) enfatiza, na publicação intitulada *Pornografia infantil na internet: pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes*, que a crescente presença da internet tem facilitado a disseminação de conteúdos ilícitos relacionados à exploração sexual de menores, e que essa realidade não apenas expõe as crianças e adolescentes a riscos sérios, mas também revela a complexidade do fenômeno, que envolve aspectos legais, sociais e psicológicos:

O fenômeno da pornografia infantil na internet é uma das formas mais perversas e devastadoras de violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Trata-se de uma forma de exploração sexual que envolve a produção, a distribuição e o consumo de imagens que retratam crianças e adolescentes em situações eróticas ou pornográficas. Essas imagens são comercializadas por redes criminosas que se aproveitam da falta de controle e fiscalização das plataformas digitais, bem como da impunidade e da demanda crescente por esse tipo de material. A pedofilia, por sua vez, é um transtorno psiquiátrico que se caracteriza pela atração sexual persistente ou recorrente por crianças pré-púberes ou no início da puberdade. A pedofilia não é uma escolha, mas uma doença que requer tratamento especializado. No entanto, isso não exime o pedófilo da responsabilidade pelos seus atos, que são tipificados como crimes no Brasil e em diversos países do mundo (Lowenkron, 2015, p. 462).

A pornografia infantil na internet é um dos temas

mais sombrios e inquietantes abordados por Lowenkron (2015), que destaca a gravidade dessa violação não apenas das leis, mas, mais importante, dos direitos humanos e da dignidade inerente a crianças e adolescentes. Segundo o autor, essa questão não se restringe a uma mera ilegalidade, mas se configura como uma forma insidiosa de exploração sexual que se aproveita das novas tecnologias para perpetuar uma cultura de abuso. A internet, com sua capacidade de conectar, instantaneamente, pessoas ao redor do mundo, torna-se um terreno fértil para a produção, a distribuição e o consumo de imagens que retratam menores em situações sexualizadas.

Esses atos de exploração são, frequentemente, facilitados por redes criminosas que operam à margem da lei, aproveitando-se da vulnerabilidade das vítimas. Muitas vezes, essas crianças e adolescentes são alvos de indivíduos que buscam lucrar com suas imagens, seja vendendo-as, trocando-as ou distribuindo-as entre grupos de pedófilos (Lowenkron, 2015; Purificação; Viana, 2023). Portanto, nesse universo, o Direito desempenha um papel essencial na orientação da vida em sociedade, utilizando seus instrumentos legais para garantir a ordem e a justiça. Nesse contexto, surge a Lei nº 12.735/12 (Brasil, [2020])[1], que reconhece a necessidade de uma abordagem especializada para combater os crimes cibernéticos. A legislação estabeleceu a criação de uma polícia especializada, voltada, especificamente, para enfrentar esses delitos. Além disso, a lei incrimina determinadas condutas, caracterizando o crime virtual no artigo 154-A do Código Penal Brasileiro:

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores,

mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita [...] (Brasil, [2024]).

Essa inovação legal não apenas reflete a crescente preocupação com a segurança no ambiente digital, mas também busca garantir a proteção dos cidadãos contra as ameaças emergentes na internet, promovendo uma resposta mais eficaz e direcionada a esses crimes. Costa e Silva (2021), diante dessas questões, afirmam que é fundamental que os pais estejam cientes dos riscos associados à tecnologia e promovam diálogos abertos com seus filhos. A educação sobre o uso responsável da internet e a importância da privacidade é essencial para capacitar os jovens a navegarem com segurança nesse ambiente digital complexo. Com apoio e orientação, é possível minimizar os impactos negativos dessas práticas e criar uma experiência *online* mais segura e positiva, sublinham as autoras. Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre aproveitar os benefícios da tecnologia e implementar medidas eficazes de segurança e proteção para mitigar esses perigos.

Neste sentido, é preciso um esforço conjunto entre governo, sociedade e plataformas digitais para criar mecanismos eficazes de prevenção e combate a esses crimes, visando proteger os direitos e a dignidade dos jovens na era digital, pois a falta de fiscalização eficaz nos meios digitais contribui para o crescimento desse problema alarmante, uma vez que as tecnologias que deveriam servir para proteger os cidadãos, muitas vezes, são

utilizadas para explorar os mais inocentes (Lowenkron, 2015; Purificação; Viana, 2023).

### **FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIMITES NA INTERNET**

A difusão da internet, aliada ao avanço das plataformas digitais e redes sociais, transformou a forma como as pessoas interagem e se comunicam. Essa nova era de interação não apenas facilitou a troca de informações, mas também criou um ambiente propício para a proliferação de *fake news*. Como destaca Santaella (2018), esse cenário instaurou uma lógica inovadora que simplifica o processo de publicação e compartilhamento de informações e notícias enganosas. Embora a expressão *fake news* seja relativamente recente, a essência por trás dela não é novidade. Notícias falsas, frequentemente definidas como “[...] boatos, fofocas e rumores criados com a intenção de enganar ou confundir” (Santaella, 2018, p. 29), sempre estiveram presentes na sociedade. Os efeitos dessas informações distorcidas podem ser devastadores, especialmente quando a verdade é revelada, gerando confusão e minando a confiança nas fontes de informação.

Ainda que o conceito de *fake news* seja frequentemente discutido, é crucial distinguir entre essas informações enganosas e os boatos ou rumores, que não são, por definição, necessariamente falsos. Como ressalta Piaia (2018, p. 28), os boatos podem atuar como uma “forma de orientação coletiva”, sendo caracterizados não pela veracidade, mas pela falta de verificação. Os rumores, por sua vez, tendem a emergir em contextos de incerteza ou crise, como durante uma transição política, em períodos de violência ou após desastres ambientais. Essas

situações criam um terreno fértil para especulações, alimentadas pela escassez de informações concretas. Assim, enquanto as *fake news* são criadas de maneira deliberada para enganar, os boatos e rumores podem refletir uma busca por compreensão e significado em momentos de caos, tornando-se uma reação humana natural diante da indefinição. Essa nuance é essencial para compreender o papel das informações na sociedade contemporânea e as dinâmicas de comunicação que emergem nesse cenário.

As *fake news* apresentam um fenômeno singular e preocupante no cenário atual da informação. Diferentemente dos boatos, que, frequentemente, emergem em períodos de incerteza e podem refletir a busca humana por compreensão, as *fake news* têm uma função deliberada de desestabilizar. Elas são disseminadas não apenas com a intenção de enganar, mas também de gerar uma reação emocional instantânea no público. Conforme destaca Santaella (2018, p. 32), “[...] o usuário compartilha sem nem mesmo ler o conteúdo, só passando os olhos na chamada e na imagem, cujo poder de atração as colocam no foco central da atenção”. Essa rápida circulação de informações equivoca a percepção coletiva e altera o entendimento das situações, criando um ambiente propício para desinformação e confusão. Essas notícias falsas, habitualmente, costumam manipular o sensacionalismo — uma técnica calculada para provocar respostas emocionais, transformando a informação em um combustível para discussões acaloradas. Simultaneamente, as *fake news* conseguem moldar a opinião pública e, muitas vezes, servem a interesses específicos, como estratégias de campanhas eleitorais ou disputas sociais, buscando influenciar a visão que a sociedade possui sobre

determinados eventos (Alves; Maciel, 2020; Toffoli, 2019).

O termo *fake news* ganhou destaque no Brasil, especialmente a partir de 2018, mas sua utilização para descrever o fenômeno da desinformação é, de fato, inadequada por várias razões. Primeiramente, a expressão é contraditória, uma vez que “notícias”, por definição, precisam ser verdadeiras; algo falso não pode ser considerado uma notícia. Além disso, muitas das informações rotuladas como *fake news* podem ser, parcialmente ou totalmente, verdadeiras, mas descontextualizadas ou manipuladas para transmitir uma falsidade (Borges; Queiroz, 2022). Neste sentido, os autores afirmam,

[...] a desinformação pode ser explicada cientificamente, a partir dos termos *disinformation* (desinformação), para informações falsas elaboradas e compartilhadas com a intenção de causar dano, mediante uma estratégia de desinformação; *misinformation* (informação incorreta), informações incorretas repassadas sem intenção de causar dano, de forma individual e independente; e *malinformation* (má-informação), para informações corretas, mas indevidamente divulgadas, com o intuito de causar dano (Borges; Queiroz, 2022, p. 10).

A questão das *fake news* e da desinformação traz à tona um debate delicado sobre a liberdade de expressão e seus limites na internet. Em um ambiente digital, onde qualquer pessoa pode compartilhar informações instantaneamente, a disseminação de conteúdos falsos pode ameaçar a integridade do discurso público e a confiança nas instituições. Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, é crucial reconhecer que ela não é absoluta. Quando essa liberdade é utilizada para propagar desinformação que pode causar danos, enganar

a população ou incitar violência, surge a necessidade de estabelecer limites que protejam a sociedade (Toffoli, 2019).

No entanto, o ambiente virtual também apresenta desafios. A imensidade de informações e a velocidade com que elas circulam dificultam o discernimento entre o verdadeiro e o falso, entre o ético e o antiético. Nesse sentido, o indivíduo está inserido em um contexto vulnerável à propagação massiva de informações equivocadas e, potencialmente, prejudiciais, tanto por ações humanas quanto através de robôs automatizados (Alves; Maciel, 2020; Borges; Queiroz, 2022; Toffoli, 2019). Daí, a necessidade de uma legislação condizente com o cenário atual. Segundo Monteiro (2022), a legislação voltada para combater as *fake news*:

[...] é um tema que vem sendo tratado pelo Senado há vários anos. Atualmente estão em análise 17 propostas para alterar a legislação em vigor ou para criar leis com o objetivo de tornar crime a criação e a distribuição de notícias falsas na internet e nas redes sociais, e definir punições. Um desses projetos pretende impedir a publicação de anúncios em sites que divulgam desinformação e discurso de ódio (PL 2.922/2020). Outra proposta determina que autoridades públicas que divulgarem *fake news* poderão ter que responder por crime de responsabilidade (PL 632/2020) (Monteiro, 2022, p. 1).

No Brasil, embora ainda não exista uma lei específica que trate, exclusivamente, do tema, algumas iniciativas legislativas buscam enfrentar a desinformação em contextos eleitorais e sociais. A Lei nº 13.834/19, por exemplo, tipifica como crime a divulgação de informações falsas durante o período eleitoral, prevendo penalidades para aqueles que disseminarem *fake news* com a

intenção de prejudicar candidatos ou manipular resultados. Além disso, foi aprovado pelo Senado, em junho de 2020, o PL 2.630/2020, conhecido como projeto de Lei das Fake News, que ainda aguarda a transformação em lei, estando, atualmente, em análise na Câmara dos Deputados. Essa proposta visa estabelecer regras mais rigorosas para o combate à desinformação, incluindo a responsabilização de plataformas digitais pela disseminação de conteúdos falsos. O projeto busca garantir maior transparência nas redes sociais e mecanismos de verificação de fatos, além de exigir a identificação dos usuários que criam e compartilham conteúdos (Monteiro, 2022).

Portanto, o impacto das *fake news* vai além do engano imediato; ele atinge as raízes da confiança coletiva nos meios de comunicação. Para a sociedade moderna, isso representa um desafio significativo, exigindo uma maior educação para a alfabetização digital e a promoção do pensamento crítico. Somente assim é possível construir um ambiente informativo mais saudável e responsável, onde a qualidade da informação prevalece sobre a rapidez da divulgação.

### PARA SABER MAIS

As *fake news* não afetam apenas o debate público, mas também influenciam decisões importantes, como eleições e políticas públicas. O crescimento das redes sociais facilitou a disseminação dessas informações falsas, que se espalham rapidamente e, muitas vezes, são difíceis de corrigir.

Uma das estratégias mais eficazes para combater as *fake news* é a checagem de fatos. Organizações como a Agência Lupa e o Projeto Comprova no Brasil

têm desempenhado um papel fundamental ao verificar a veracidade das informações que circulam *online*. Essas iniciativas ajudam a conscientizar o público sobre a importância de buscar fontes confiáveis e de verificar antes de compartilhar. Para aprender mais sobre como identificar e combater *fake news*, visite: [www.lupa.news](http://www.lupa.news)

## PLANEJANDO O ENSINO

A seção “Planejando o Ensino” aborda, de forma prática e reflexiva, temas fundamentais relacionados à navegação no ambiente digital, com um enfoque especial na proteção de dados pessoais, direitos autorais e cibercrimes. Esta seção tem como objetivo oferecer aos educadores as ferramentas e as estratégias para conduzir atividades educativas que fomentem a conscientização dos estudantes sobre os desafios e responsabilidades da vida *online*.

Ao longo do conteúdo, são apresentadas situações-problema que incentivam a reflexão, proporcionando aos estudantes a oportunidade de analisar riscos, identificar soluções e adotar comportamentos responsáveis na internet. Além disso, são sugeridos recursos audiovisuais para facilitar o aprendizado, complementados por perguntas estratégicas que instigam discussões profundas sobre temas como privacidade, segurança digital, plágio e *fake news*.

As atividades propostas são cuidadosamente estruturadas para promover um aprendizado interativo, por meio de exposições dialogadas e jogos educativos, garantindo que os estudantes desenvolvam competências essenciais para lidar com o mundo digital de maneira ética e informada.

## TRABALHANDO COM O TEMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O foco desta seção é discutir a Privacidade e Segurança de Dados Pessoais de forma prática e reflexiva para sensibilizar os estudantes sobre a relevância de salvaguardar suas informações no mundo digital. Começaremos com um cenário desafiador para incentivar os estudantes a ponderarem sobre os perigos e impactos associados à negligência no compartilhamento de dados pessoais *online*. Além disso, é indicado o emprego de recursos audiovisuais, como vídeos e jogos interativos, para facilitar o entendimento do assunto e tornar o processo de aprendizado mais dinâmico e acessível. Essas ferramentas são acompanhadas por questionamentos específicos para promover uma reflexão mais profunda sobre as ameaças associadas ao compartilhamento de dados pessoais e as medidas preventivas que podem ser implementadas.

### APRESENTAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A primeira etapa para abordar o tema é introduzir uma situação-problema que permita aos estudantes refletirem sobre os riscos e as consequências da falta de proteção de dados pessoais.

**Situação-problema:** João, de 13 anos, adora postar fotos de seu dia a dia nas redes sociais. Ele compartilha sua localização, fotos de sua casa, da escola, e até dos seus familiares. Um dia, começa a receber mensagens de um desconhecido que sabe exatamente onde ele mora. João fica assustado e não sabe o que fazer. A situação começa a preocupar seus pais, que nunca imaginaram que isso poderia acontecer.

**Análise e discussão:** Pergunte aos estudantes o que João poderia ter feito para proteger suas informações. Levante questões como:

- ➔ Quais dados pessoais João compartilhou?
- ➔ Quais riscos ele enfrentou ao expor essas informações?
- ➔ Como ele pode ajustar suas configurações de privacidade?

### SUGESTÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL:

Para tornar o tema mais acessível e visual, recomenda-se o uso de materiais audiovisuais, como vídeos, jogos e animações. Esses recursos facilitam a compreensão dos estudantes sobre a importância de proteger seus dados pessoais na internet.

**Vídeo:** Privacidade *online* para crianças - Proteção e segurança na internet para crianças. Canal: Smile and Learn. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IRYbq9EMyNM>

**Vídeo:** Uso responsável da tecnologia: Primeiro Celular, Cyberbullying, Fake News e Privacidade Online Canal: Smile and Learn. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SoIpR-kbRcA>

**Jogo interativo:** Interland do Google – Um jogo que ensina crianças a navegarem com segurança e a protegerem suas informações pessoais. Disponível em: [https://beinternetawesome.withgoogle.com/pt-br\\_br/interland](https://beinternetawesome.withgoogle.com/pt-br_br/interland)

### QUESTÕES PARA EMBASAR AS DISCUSSÕES:

Após a exibição do material audiovisual, estimule o pensamento crítico dos estudantes com perguntas que os ajudem a refletir sobre suas práticas *online*. Aqui estão algumas sugestões:

- ➡ O que são dados pessoais? Definir o conceito de dados pessoais, exemplificando: nome, endereço, número de telefone etc.
- ➡ Quais informações você costuma compartilhar nas redes sociais? Incentivar os estudantes a analisarem suas próprias práticas de compartilhamento de dados *online*.
- ➡ Quais são os riscos de compartilhar informações pessoais na internet? Refletir sobre os riscos como roubo de identidade, perseguição *online*, golpes etc.
- ➡ Como podemos ajustar as configurações de privacidade para evitar a exposição excessiva? Explorar como as plataformas oferecem ferramentas para restringir o acesso a informações pessoais.
- ➡ Como você pode proteger seus dados pessoais *online*? Discutir práticas seguras, como o uso de senhas fortes, verificação em duas etapas e cautela ao compartilhar informações.

### APRESENTAÇÃO DIALOGADA PARA EXPOSIÇÃO

Para promover uma exposição dialogada, os professores podem organizar a turma em um formato de círculo ou grupos menores e incentivar uma troca de ideias mais interativa, com base nas discussões geradas. Alguns pontos importantes para a exposição dialogada:

- ➡ Explique o conceito de privacidade digital: comece discutindo o que significa privacidade no ambiente digital e como isso afeta o comportamento *online*.
- ➡ Apresente a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais): explique a importância dessa lei e como ela protege os dados dos cidadãos brasileiros. Encoraje

os estudantes a pensarem como a LGPD os beneficia diretamente.

➡ Incentive os estudantes a compartilharem experiências: pergunte aos estudantes se eles, ou alguém que conhecem, já passaram por situações em que sentiram que suas informações pessoais foram expostas ou utilizadas de forma indevida.

➡ Apresente exemplos reais: traga exemplos de casos em que o descuido com dados pessoais causou problemas, como vazamentos de informações de figuras públicas, golpes digitais ou uso indevido de dados por empresas.

➡ Promova uma reflexão sobre as responsabilidades *online*: discuta com os estudantes o papel de cada indivíduo na proteção de seus próprios dados e na conscientização sobre práticas seguras na internet.

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

➡ Compreensão dos conceitos de privacidade e segurança *online*: avaliar se os estudantes conseguem identificar os riscos associados ao compartilhamento de dados pessoais e como proteger essas informações no ambiente digital.

➡ Identificação de boas práticas *online*: verificar se os estudantes conseguem identificar práticas seguras de uso da internet, como senhas fortes, verificação de sites confiáveis e a importância de não compartilhar dados pessoais sem consentimento.

➡ Análise crítica de casos reais: avaliar a capacidade dos estudantes de analisar e discutir exemplos de violações de privacidade *online* e de propor estratégias de prevenção.

➡ Capacidade de argumentação: avaliar se os estudantes conseguem discutir, de forma crítica, sobre as leis de proteção de dados e seus direitos e deveres no ambiente digital.

## TRABALHANDO COM O TEMA: DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Direitos autorais e propriedade intelectual são temas essenciais para entender a importância de respeitar o trabalho intelectual e os perigos do plágio. Através de uma situação hipotética desafiadora, podemos refletir sobre como o uso inadequado de conteúdo pode acarretar consequências legais e éticas. A intenção, ao explorar questões como o significado dos direitos autorais, as ramificações de sua violação e o valor das licenças Creative Commons, é promover práticas mais conscientes no manuseio de materiais digitais.

O diálogo aberto e o emprego de exemplos reais enriquecem o debate ao demonstrar que é fundamental respeitar os direitos autorais tanto na esfera acadêmica quanto na profissional. Concomitantemente, aos estudantes é lançado o desafio de incorporar esses princípios em suas práticas diárias, fomentando uma atitude crítica e conscientizada no cenário virtual.

### APRESENTAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Comece apresentando uma situação-problema que permita aos estudantes refletirem sobre o respeito à criação intelectual e as consequências de não observar as normas de direitos autorais.

**Exemplo de situação-problema:** Maria está fazendo um trabalho escolar e, ao pesquisar imagens na internet, encontra várias fotos legais para ilustrar seu

projeto. Ela copia as imagens, sem citar a fonte ou o autor, e apresenta o trabalho. No entanto, seu professor chama sua atenção, explicando que o uso de imagens sem permissão ou sem citar o autor pode ser considerado plágio e violação dos direitos autorais.

**Análise e discussão:** pergunte aos estudantes o que Maria deveria ter feito e explore as consequências de usar materiais protegidos por direitos autorais sem a devida atribuição.

Como Maria poderia ter evitado essa situação? O que significa plágio? Como ele pode ser evitado? Quais são os direitos do criador de um conteúdo, como uma imagem ou texto?

### SUGESTÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Para apoiar a compreensão do tema, recomenda-se o uso de vídeos educativos que expliquem conceitos de direitos autorais, propriedade intelectual e as implicações do uso indevido de conteúdo protegido.

### QUESTÕES PARA EMBASAR AS DISCUSSÕES

Após a exposição do material audiovisual, incentive os estudantes a refletirem sobre o conteúdo apresentado e sobre a importância de respeitar os direitos autorais. Aqui estão algumas perguntas para embasar as discussões:

**O que são direitos autorais e por que eles são importantes?**

Introduza o conceito e a função dos direitos autorais, explicando que eles protegem a criação intelectual de uma pessoa.

### Quais são as consequências de violar direitos autorais?

Explique as implicações legais e éticas de não respeitar a autoria, incluindo multas, processos judiciais e problemas escolares, como o plágio.

### O que é plágio e como ele pode ser evitado?

Defina plágio e discuta práticas de citação correta e uso de conteúdos com permissão.

### Como as licenças Creative Commons funcionam?

Apresente as licenças Creative Commons como uma alternativa para o uso de obras de maneira legal, explicando as condições sob as quais os conteúdos podem ser usados.

### Como você pode garantir que está usando materiais de forma ética e legal?

Discuta o uso de bancos de imagens gratuitos e ferramentas para checar as licenças de obras digitais.

## APRESENTAÇÃO DIALOGADA PARA EXPOSIÇÃO

Para uma exposição dialogada, o professor pode promover uma troca de ideias mais interativa, onde os estudantes compartilham suas opiniões e experiências com relação ao uso de material protegido por direitos autorais.

### PONTOS A SEREM ABORDADOS:

- ➡ **Explique o conceito de Propriedade Intelectual:** Defina o termo e explore como ele se aplica a diversos campos, como música, literatura, arte, software e patentes.
- ➡ **Discussão sobre o uso correto de conteúdo online:**

Promova uma conversa sobre o que os estudantes podem, ou não, fazer ao usar material da internet. Dê exemplos práticos, como a necessidade de citar fontes, usar imagens com licença ou criar seus próprios conteúdos.

➡ **Reflexão sobre o plágio:** Aborde as consequências do plágio, tanto acadêmicas quanto legais, e incentive os estudantes a refletirem sobre como eles podem produzir seus próprios conteúdos originais e éticos.

➡ **Exemplos reais de violação de direitos autorais:** Traga casos famosos de violação de direitos autorais, como músicas ou vídeos que foram removidos por não seguirem as regras de uso correto. Isso ajuda a mostrar que o respeito pelos direitos autorais afeta a todos, inclusive grandes empresas e artistas.

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

➡ **Compreensão dos conceitos de direitos autorais:** avaliar se os estudantes conseguem explicar o que são direitos autorais e propriedade intelectual, além de identificar sua importância no mundo digital.

➡ **Respeito pelos direitos autorais:** verificar se os estudantes conseguem identificar situações de violação de direitos autorais, como cópias não autorizadas ou uso indevido de obras, e demonstrar respeito por essas normas.

➡ **Capacidade de aplicar conceitos:** avaliar se os estudantes conseguem aplicar os conceitos discutidos para avaliar situações reais e sugerir soluções éticas no uso de conteúdos digitais.

➡ **Reflexão crítica:** observar se os estudantes são capazes de refletir criticamente sobre os impactos do

desrespeito aos direitos autorais na produção cultural e na circulação de informações.

## TRABALHANDO COM O TEMA: CYBERCRIMES: PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET

O assunto desta seção é crucialmente importante quando se trata de crianças e adolescentes, devido aos perigos que enfrentam ao navegar no mundo digital. Trataremos de expor um cenário que demonstra os riscos das interações *online* com desconhecidos, a fim de que os estudantes reflitam sobre como a proteção de suas informações pessoais e a identificação de comportamentos suspeitos torna-se fundamental no ambiente virtual. Nessa proposta, os recursos audiovisuais são sugeridos para abordar as ameaças e fornecer dicas de segurança para prevenir problemas no ambiente virtual.

As conversas sugeridas incentivam o pensamento crítico sobre crimes cibernéticos, como *cyberbullying*, roubo de identidade e assédio *online*, enquanto o diálogo interativo promove uma troca ativa de ideias. Os estudantes também serão instruídos sobre a importância de relatar comportamentos inadequados e sobre as leis vigentes, como a LGPD, que garantem proteção aos direitos no ambiente digital. Os critérios de avaliação envolvem compreender o *cyberbullying*, promover atitudes de respeito e empatia e ser capaz de sugerir soluções para conflitos digitais.

### APRESENTAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Inicie a aula apresentando uma situação-problema que permita aos estudantes refletirem sobre os riscos de cibercrimes que envolvem crianças e adolescentes

e como eles podem se proteger.

**Exemplo de situação-problema:** Lucas, de 14 anos, começou a conversar com uma pessoa desconhecida em uma rede social. A pessoa parecia ser da mesma idade que ele, então Lucas se sentiu confortável em compartilhar fotos e informações pessoais. Depois de alguns dias, a pessoa começou a pedir mais informações e a fazer perguntas desconfortáveis. Lucas começou a ficar com medo e não sabia como sair dessa situação.

**Análise e discussão:** Pergunte aos estudantes o que Lucas poderia ter feito para evitar essa situação. Explore com eles as maneiras de identificar perigos *online* e como buscar ajuda quando necessário.

➡ Como Lucas pode identificar um comportamento suspeito em conversas *online*?

➡ O que ele deveria ter feito quando se sentiu desconfortável?

➡ Quais medidas de segurança ele pode tomar para proteger suas informações?

## SUGESTÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Para apoiar a compreensão sobre o tema, recomenda-se o uso de vídeos educativos e interativos que expliquem como evitar cibercrimes e quais são os mecanismos de proteção na internet.

**Vídeo: Cyberbullying** (UNICEF), Canal: Google Africa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=asTti6y39xI>

**Vídeo: O que é Cyberbullying e como evitá-lo?** Canal: GCFAprendeLivre. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Zw2ODkqZrbM>

## QUESTÕES PARA EMBASAR AS DISCUSSÕES

Após a exibição dos materiais, promova discussões para desenvolver o pensamento crítico dos estudantes sobre cibercrimes e a segurança na internet. Aqui estão algumas sugestões de perguntas:

### O que são cibercrimes?

Defina cibercrimes e exemplifique crimes digitais que afetam crianças e adolescentes, como aliciamento *online*, roubo de identidade e golpes.

### Quais são os sinais de que alguém está tentando cometer um cibercrime?

Discuta os comportamentos suspeitos, como pedidos de informações pessoais ou de encontros com desconhecidos.

### Como proteger suas informações pessoais na internet?

Explique a importância de não compartilhar dados sensíveis, usar senhas fortes e ajustar as configurações de privacidade.

### O que fazer se você for vítima de um cibercrime?

Apresente medidas que podem ser tomadas, como conversar com um adulto de confiança, bloquear a pessoa e denunciar a conta.

### Quais são os principais canais de ajuda para vítimas de cibercrimes?

Fale sobre a importância de recorrer à polícia, escolas, ou ONGs que trabalham com a proteção de crianças e adolescentes.

### APRESENTAÇÃO DIALOGADA PARA EXPOSIÇÃO

A exposição dialogada é uma excelente oportunidade para promover uma troca de ideias e informações, levando os estudantes a refletirem sobre o papel da segurança digital em suas vidas.

#### PONTOS A SEREM ABORDADOS:

- ➔ Explicar os diferentes tipos de cibercrimes: aborde as diferentes formas de crimes digitais que afetam crianças e adolescentes, como *bullying online*, roubo de identidade, aliciamento e exploração sexual.
- ➔ Explorar mecanismos de proteção: discuta as configurações de privacidade, verificação em duas etapas e o uso de softwares de controle parental para aumentar a proteção *online*.
- ➔ Debater sobre a importância de denunciar comportamentos suspeitos: estimule os estudantes a não terem medo de denunciar cibercrimes, enfatizando que o silêncio pode aumentar o perigo. Ensine onde e como denunciar.
- ➔ Explorar a LGPD e o ECA: apresente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como ferramentas legais que protegem a privacidade e os direitos de crianças e adolescentes no mundo digital.
- ➔ Debater o papel dos pais e da escola na segurança digital: promova uma reflexão sobre como a escola e a

família podem contribuir para a educação digital dos estudantes e para a proteção deles no uso da internet.

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Compreensão do conceito de *cyberbullying*: avaliar se os estudantes conseguem identificar e definir o que é *cyberbullying*, diferenciar as situações de brincadeiras e as de práticas nocivas e entender o impacto emocional de tais ações.

Desenvolvimento de empatia e respeito: verificar se os estudantes conseguem demonstrar atitudes de respeito e empatia tanto no ambiente físico quanto no digital, compreendendo a importância de um comportamento ético.

Resolução de conflitos: avaliar a habilidade dos estudantes de sugerirem soluções adequadas para situações de *bullying online*, demonstrando capacidade de mediação e prevenção.

Participação ativa: observar o engajamento nas discussões em grupo e a participação nas dinâmicas e reflexões, verificando se os estudantes conseguem refletir sobre seus próprios comportamentos e os de seus colegas.

### TRABALHANDO COM O TEMA: *FAKE NEWS* E DESINFORMAÇÃO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIMITES NA INTERNET

O debate sobre as questões relacionadas à liberdade de expressão e os limites éticos da difusão de informações traz à tona problemas em torno das *fake news* e da desinformação na internet. Através de uma situação-problema, pode ser promovida uma reflexão sobre a responsabilidade individual na propagação de notícias nas redes

sociais e os impactos que a desinformação pode causar na sociedade. A sugestão de uso de materiais audiovisuais ajuda os estudantes a entenderem as ameaças contidas nas *fake news* e o papel das plataformas *online* no combate a essas informações prejudiciais.

Durante a discussão, os estudantes devem ser levados a compreender ideias como a linha entre a liberdade de expressão e a necessidade de verificação de fatos, além dos impactos da desinformação em eventos importantes, como eleições ou crises de saúde. A proposta é a apresentação de estratégias para identificar notícias falsas e ferramentas de verificação de fatos, promovendo uma reflexão sobre o uso crítico das redes sociais. Trata-se sempre de conscientizar sobre as *fake news* e o papel de cada um na construção de um ambiente digital mais seguro e ético.

### APRESENTAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Comece com uma situação-problema que leve os estudantes a refletirem sobre a propagação de notícias falsas e os impactos disso na sociedade.

**Exemplo de situação-problema:** João viu uma notícia chocante nas redes sociais sobre um famoso ator que teria sido preso. Sem checar a veracidade da informação, ele compartilhou a notícia com todos os seus amigos. Mais tarde, ele descobriu que a notícia era falsa. Algumas pessoas ficaram chateadas com João por espalhar uma mentira, mas ele se defendeu dizendo que estava apenas exercendo sua liberdade de expressão.

**Análise e discussão:** pergunte aos estudantes sobre o comportamento de João e como ele poderia ter agido de forma diferente. Explore a questão da responsabilidade individual ao compartilhar informações na internet.

- ➡ João agiu corretamente ao compartilhar a notícia sem verificar?
- ➡ Qual a diferença entre liberdade de expressão e a responsabilidade de checar informações?
- ➡ Que consequências a desinformação pode causar?

### SUGESTÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Utilize vídeos e outros recursos audiovisuais que abordem os perigos das *fake news* e o papel da liberdade de expressão na internet.

**Vídeo:** O que são as *fake news*? Canal: Smile and Learn. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xRWcW0RtYjY>

**Vídeo:** Isso é Fake News? Canal: Mega Curioso. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ybmNsQF\\_O3U](https://www.youtube.com/watch?v=ybmNsQF_O3U)

### QUESTÕES PARA EMBASAR AS DISCUSSÕES

Após a apresentação do material audiovisual, promova discussões reflexivas com os estudantes para aprofundar a compreensão sobre *fake news*, liberdade de expressão e os limites éticos na internet.

- ➡ O que são *fake news* e como elas se propagam? Defina notícias falsas e explique como as redes sociais facilitam sua disseminação rápida e em larga escala.
- ➡ Quais são os impactos das *fake news* na sociedade? Discuta os danos causados pela desinformação, como manipulação de opiniões, polarização política e impactos negativos em figuras públicas e instituições.
- ➡ Qual é a diferença entre liberdade de expressão e o direito à verdade? Explore o equilíbrio entre a

liberdade de expressão e a responsabilidade social de compartilhar informações corretas.

➡ Como identificar *fake news*? Discuta estratégias para verificar a veracidade das informações, como checar fontes confiáveis, verificar a data da publicação e procurar artigos em veículos de imprensa reconhecidos.

➡ Qual o papel das plataformas digitais no combate às *fake news*? Converse sobre as políticas adotadas por redes sociais e motores de busca para diminuir a propagação de notícias falsas, como alertas, verificações de fatos e remoção de conteúdo.

### APRESENTAÇÃO DIALOGADA PARA EXPOSIÇÃO

Promova uma exposição dialogada para encorajar os estudantes a refletirem sobre a relação entre a liberdade de expressão e os limites éticos da comunicação na internet.

#### Pontos a serem abordados:

➡ O conceito de liberdade de expressão e seus limites: explique o que é liberdade de expressão, destacando que ela é um direito garantido, mas que tem limites, principalmente quando envolve desinformação ou incitação ao ódio.

➡ Responsabilidade digital no compartilhamento de informações: estimule os estudantes a refletirem sobre o papel que cada um tem ao compartilhar informações na internet. Discuta como uma postura crítica e cuidadosa pode evitar a propagação de *fake news*.

- ➡ O impacto das *fake news* em eventos importantes: apresente exemplos reais de momentos em que *fake news* tiveram grandes impactos, como eleições, crises de saúde (como a pandemia de covid-19), ou em situações políticas. Isso mostrará aos estudantes como a desinformação pode moldar a opinião pública e gerar confusão.
- ➡ Ferramentas para verificar a veracidade de informações: apresente ferramentas que ajudam a checar a veracidade de notícias, como serviços de verificação de fatos, sites de agências de checagem e as próprias funções de busca reversa em plataformas como Google.
- ➡ Reflexão sobre a responsabilidade ao compartilhar: proponha que os estudantes analisem suas próprias ações *online* e reflitam sobre como eles podem ser mais críticos ao consumir e compartilhar informações.

### **Critérios de avaliação**

- ➡ Compreensão do conceito de *fake news*: avaliar se os estudantes conseguem identificar o que são *fake news* e reconhecer os impactos da desinformação na sociedade.
- ➡ Capacidade de verificação de informações: verificar se os estudantes conseguem aplicar métodos de checagem de fatos e identificar fontes confiáveis de informação, sendo capazes de distinguir notícias falsas de verdadeiras.
- ➡ Discussão sobre liberdade de expressão: avaliar se os estudantes conseguem refletir criticamente sobre

os limites da liberdade de expressão, compreendendo as consequências legais e éticas da desinformação

➡ Engajamento e participação: observar a participação dos estudantes em discussões, jogos interativos ou simulações que envolvem o combate à desinformação e o uso responsável das redes sociais.

## MÃOS À OBRA

Nesta seção, são apresentadas diversas atividades práticas e atrativas que têm como foco temas cruciais do ambiente digital atual: privacidade e segurança de dados pessoais; questões de direitos autorais e propriedade intelectual; e o combate à propagação de notícias falsas. Essas atividades foram elaboradas com atenção especial para serem aplicadas no contexto escolar, visando oferecer aos professores ferramentas eficientes para estimular o pensamento crítico e o comportamento responsável dos estudantes durante sua navegação na internet. Separadas por níveis educacionais distintos, as sugestões incluem discussões temáticas instigantes, jogos interativos e criação de materiais pedagógicos, incentivando assim um aprendizado ativo e reflexivo por parte dos estudantes. Com esse objetivo em mente, busca-se preparar os estudantes para enfrentar os desafios éticos e legais no mundo digital de hoje, desenvolvendo habilidades fundamentais para navegar com segurança e consciência.

### PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA ABORDAR O TEMA COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Prezados Professores, apresentamos aqui duas propostas de atividades para os estudantes do Ensino Fundamental I, voltadas ao tema do *cyberbullying*, um tópico essencial para estimular o respeito e a empatia nas interações, tanto no ambiente *online* quanto *offline*. Com o objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância de um comportamento responsável na internet,

as atividades propõem auxiliá-los a reconhecerem, e a evitarem, práticas prejudiciais, além de promover atitudes positivas e solidárias no mundo digital.

### **BNCC - Habilidades de Língua Portuguesa e Ciências Humanas:**

**EF04LP13:** identificar as diferentes opiniões apresentadas por diferentes vozes em uma mesma situação de comunicação e comparar essas opiniões.

**EF04LP14:** reconhecer o papel da argumentação em textos de opinião, especialmente no que tange ao respeito e à convivência social.

**EF05CI09:** propor medidas para solucionar problemas ambientais e sociais a partir da compreensão de suas causas, como o respeito e a empatia no ambiente digital e físico.

## **ATIVIDADE 1 - VAMOS FALAR SOBRE CYBERBULLYING?**

Esta proposta introduz o conceito de *cyberbullying* de forma acessível, promovendo uma reflexão sobre as consequências, ao passo que incentiva atitudes positivas nos ambientes virtuais. Por meio de diálogos, exemplos visuais e atividades criativas, os estudantes serão convidados a reconhecer a importância do tratamento respeitoso com os colegas e a identificar situações de risco.

### **OBJETIVOS:**

- ➔ discutir o que é *cyberbullying* e suas consequências;
- ➔ promover o respeito e a empatia nas interações *online* e *offline*.

### **MATERIAIS**

- ➔ cartolina ou papel grande;
- ➔ lápis de cor, canetinhas, e giz de cera;

- ➔ vídeo curto sobre o tema (se possível);
- ➔ folhas para os estudantes escreverem ou desenharem.

**Duração:** aproximadamente 40-50 minutos.

### **PASSO-A-PASSO:**

**Iniciar o debate:** pergunte aos estudantes o que eles acham que significa “ser legal com os outros” na internet e fora dela. Explique de forma simples que *cyberbullying* é quando alguém usa a internet ou o celular para ser maldoso com outra pessoa, fazendo-a se sentir triste ou com medo.

**Mostrar um exemplo:** se possível, exiba um vídeo curto, adequado para a idade, sobre *cyberbullying*, mostrando situações de *bullying online* e como as crianças podem reagir e pedir ajuda.

#### **Sugestões:**

vídeo: *Cyberbullying* do canal SeguraNet. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5RlOBmyzbY>

vídeo: *Cyberbullying - Criança mais segura na internet* do canal Família+Segura na internet. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yDTCOGod6Hw>

### **Após a apresentação do vídeo, faça perguntas como:**

- ➔ O que aconteceu no vídeo?
- ➔ Como você acha que a pessoa se sentiu?
- ➔ O que podemos fazer se soubermos que algo assim acontece com um amigo?

### **ATIVIDADE DE DESENHO:**

- ➔ Peça aos estudantes que desenhem duas situações:

## WEB GUARDIANS

uma pessoa sendo legal com os amigos na internet e uma pessoa não sendo legal (*cyberbullying*). Incentive-os a mostrar o que seria uma atitude correta;

➡ Peça para que expliquem seus desenhos para a turma.

### **MONTAGEM DE UM CARTAZ COLABORATIVO:**

➡ Divida a turma em pequenos grupos e distribua cartolinas. Cada grupo vai criar um cartaz sobre como ser gentil na internet;

➡ Os grupos podem incluir frases como “Sempre trate os amigos com respeito” ou “Se ver algo errado, conte para um adulto”, além de desenharem;

➡ Ao final, coloque os cartazes na sala de aula ou em um espaço comum da escola.

### **FECHAMENTO:**

➡ Reforce que o *cyberbullying* é algo sério e que eles devem sempre contar para um adulto se algo os deixa desconfortáveis na internet;

➡ Conclua com a importância de sermos gentis com os outros, tanto no mundo real quanto no digital.

## ATIVIDADE 2 - ÁRVORE DA AMIZADE

Esta atividade, por meio de uma história ilustrativa, debates reflexivos e dinâmicas interativas, proporciona aos estudantes o reconhecimento da importância de se colocar no lugar do outro, identificando as melhores formas de agir diante desses conflitos.

**OBJETIVOS:**

- ➔ Discutir o que é *cyberbullying* e como evitá-lo;
- ➔ Incentivar a gentileza e o respeito nas interações *online* e presenciais;
- ➔ Desenvolver a empatia e a capacidade de resolver conflitos de maneira positiva.

**MATERIAIS:**

- ➔ Papel colorido ou cartolina;
- ➔ Canetinhas, lápis de cor, giz de cera;
- ➔ Recortes de revistas (se disponível);
- ➔ Cola e tesoura.

**PASSO A PASSO:**

**Início com uma história:** conte uma história curta e simples sobre um personagem que enfrenta *cyberbullying*. Por exemplo:

Sofia era uma menina alegre e cheia de sonhos. Ela adorava postar suas fotos e desenhos nas redes sociais, onde compartilhava um pouco de sua vida e arte com amigos. Um dia, depois de postar uma foto de um desenho que havia feito com muito carinho, Sofia começou a receber comentários negativos. Alguns diziam que seu desenho era “ridículo” ou “feio”. Ela ficou triste, pois nunca tinha recebido tantas críticas.

Nos dias seguintes, as mensagens pioraram. Outros estudantes da escola começaram a fazer piadas sobre o desenho de Sofia e, aos poucos, ela se sentiu isolada e envergonhada. Parecia que, de repente, todos estavam contra ela.

Um amigo percebeu que Sofia estava triste e

perguntou o que estava acontecendo. Com lágrimas nos olhos, ela contou sobre as mensagens que havia recebido. Esse amigo sugeriu que ela falasse com um professor sobre o assunto. Inicialmente, Sofia hesitou, mas, finalmente, decidiu pedir ajuda.

Com o apoio do professor e dos pais, Sofia aprendeu mais sobre como o *cyberbullying* era errado e que ninguém merecia ser tratado daquela forma. A escola tomou medidas para educar os estudantes sobre o respeito nas redes sociais e o uso positivo da internet. Aos poucos, Sofia recuperou a confiança e voltou a postar seus desenhos, sabendo que sempre podia contar com ajuda quando precisasse.

### PERGUNTE AOS ESTUDANTES:

- ➡ o que aconteceu com o personagem?
- ➡ como ele se sentiu?
- ➡ o que poderia ter sido feito de diferente para que todos fossem felizes?

### DEBATE EM GRUPO:

Após a história, conduza uma breve discussão com os estudantes sobre o que eles acham que é *cyberbullying* e como eles podem evitar isso. Pergunte:

- ➡ alguém já ouviu falar de *cyberbullying*?
- ➡ o que podemos fazer se virmos algo assim acontecer?
- ➡ como podemos ajudar nossos amigos a se sentirem melhor, tanto *online* quanto na escola?

## ATIVIDADE CRIATIVA: “ÁRVORE DA AMIZADE”

- ➡ distribua papéis coloridos ou cartolina e peça aos estudantes para desenharem suas mãos nesses materiais e recortar seus desenhos;
- ➡ cada estudante vai escrever, ou desenhar, no recorte do desenho de sua mão, uma atitude gentil - como: respeitar meus amigos, não dizer coisas maldosas, pedir desculpas se magoar alguém - que pode fazer, seja *online* ou na realidade;
- ➡ depois, todos os estudantes colam os recortes de suas mãos em uma grande cartolina, formando uma Árvore da Amizade;
- ➡ discuta com eles o que cada “mão” significa e como essas atitudes ajudam a evitar o *cyberbullying*.

## REFLEXÃO FINAL

Conclua a atividade falando sobre a importância de ser um bom amigo e respeitar os outros, tanto na escola quanto na internet. Reforce que, se algo fizer com que eles se sintam tristes ou desconfortáveis na internet, devem falar com um adulto de confiança.

## PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA ABORDAR O TEMA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA INTERNET COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Apresentamos aqui duas atividades, especialmente desenvolvidas para abordar o tema da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais na Internet com os estudantes do Ensino Fundamental II. As atividades propostas têm como objetivo não apenas informar, mas também

incentivar a reflexão e a adoção de comportamentos seguros e responsáveis no ambiente virtual. Por meio de debates, pesquisas e dinâmicas interativas, os estudantes poderão entender como suas ações *online* podem impactar sua segurança e aprender formas práticas de protegerem seus dados.

### **BNCC - Habilidades de Ciências e Língua Portuguesa:**

EF67CI15: Analisar práticas de uso e proteção de dados no ambiente digital, compreendendo os riscos relacionados à privacidade e segurança das informações pessoais.

EF69LP30: Analisar, discutir e opinar sobre práticas de compartilhamento de dados na internet, respeitando as leis e normas de proteção à privacidade.

### **BNCC - Habilidades de Arte, Ciências e Tecnologias:**

EF69AR19: Identificar direitos e deveres relacionados à criação artística e propriedade intelectual, reconhecendo a importância de respeitar os direitos autorais.

EF69CI19: Discutir a importância dos direitos autorais e da propriedade intelectual, destacando a responsabilidade e o respeito pelos autores.

## ATIVIDADE 1 - GUIA DE BOAS PRÁTICAS

Nesta atividade, a proposta está calcada em uma abordagem reflexiva sobre a privacidade e proteção de dados no ambiente digital, capacitando os estudantes a reconhecerem a importância de resguardar suas informações pessoais e adotarem posturas seguras na internet. Nela, os estudantes serão estimulados a investigar, analisar e sintetizar estratégias essenciais para navegação responsável, como o uso de senhas seguras e o compartilhamento consciente de dados.

**OBJETIVOS:**

- ➡ discutir a importância da privacidade *online* e como proteger dados pessoais;
- ➡ criar um guia prático de boas práticas para uso responsável da internet.

**MATERIAIS:**

- ➡ computadores/tablets com acesso à internet (se possível) ou cartolinas/papel;
- ➡ canetas, lápis de cor, marcadores;
- ➡ pesquisas impressas (opcional, caso não haja acesso à internet).

**Duração:** 50 minutos.

**PASSO A PASSO:****Discussão Inicial:**

- ➡ inicie a aula com uma conversa sobre o que são dados pessoais (nome, endereço, telefone, senhas, fotos etc.) e porque é importante protegê-los na internet;
- ➡ pergunte aos estudantes: “O que vocês consideram dados pessoais? Por que é perigoso compartilhar informações privadas *online*?”

**PESQUISA**

Organize a turma em pequenos grupos. Cada grupo será responsável por pesquisar boas práticas para proteger seus dados *online*, como:

**Obs.:** caso não haja acesso à internet, disponibilize material impresso sobre o tema para que eles possam pesquisar.

### **CRIAÇÃO DO GUIA:**

- ➔ após a pesquisa, cada grupo vai criar um guia de boas práticas de privacidade e proteção de dados, com dicas e conselhos para seus colegas de turma;
- ➔ eles podem usar cartolinas para montar o guia ou, se tiverem acesso a computadores, criar um documento digital que pode ser impresso e compartilhado na escola.

### **APRESENTAÇÃO:**

cada grupo apresenta seu guia para o restante da turma, explicando as principais dicas que encontraram e como todos podem proteger seus dados na internet.

### **EXTENSÃO:**

O professor pode reunir todas as dicas dos grupos e criar um mural na sala ou no corredor da escola com as “Melhores Práticas de Proteção de Dados”.

## **ATIVIDADE 2 - GAME DOS RISCOS E PROTEÇÕES NA INTERNET**

Ao explorar os desafios contemporâneos do mundo digital, por meio da gamificação do ensino, esta proposta utiliza uma dinâmica lúdica para desenvolver nos estudantes a percepção sobre os principais riscos à privacidade *online* e as formas de proteção de dados no cotidiano.

### **OBJETIVOS:**

- ➔ identificar os principais riscos para a privacidade *online*;

➡ aprender formas de proteger dados pessoais em situações do cotidiano.

**MATERIAIS:**

- ➡ cartões com diferentes situações (descritos abaixo);
- ➡ quadro branco ou cartolina grande;
- ➡ marcadores.

**Duração:** 40 minutos.

**PASSO A PASSO:**

**Preparação:** faça cartões com diferentes situações envolvendo riscos à privacidade, como:

- ➡ criar uma senha fácil de adivinhar, como seu aniversário.
- ➡ publicar fotos de uma festa nas redes sociais, sem configurar a privacidade;
- ➡ aceitar todos os pedidos de amizade *online*, sem verificar quem são;
- ➡ compartilhar sua senha com um amigo;
- ➡ usar um *Wi-Fi* público para acessar sua conta bancária.

Em outros cartões, escreva boas práticas de proteção de dados, como:

- ➡ usar senhas fortes e únicas para cada conta;
- ➡ ativar a verificação em duas etapas;
- ➡ configurar a privacidade de seus perfis de redes sociais;

## WEB GUARDIANS

- ➡ não compartilhar informações pessoais com estranhos;
- ➡ evitar acessar contas sensíveis em redes *Wi-Fi* públicas.

**Divisão de Grupos:** organize a turma em dois grupos: o Grupo Riscos e o Grupo Proteções. Entregue os cartões de risco para um grupo e os de proteção para o outro.

### DINÂMICA DO JOGO:

- ➡ o Grupo Riscos lê uma situação em voz alta. O Grupo Proteções precisa responder com a melhor maneira de evitar o risco e proteger os dados pessoais, utilizando um dos seus cartões;
- ➡ cada resposta correta recebe um ponto. A equipe que acumular mais pontos ao final ganha.

### REFLEXÃO E FECHAMENTO

Finalize a atividade com uma conversa sobre como evitar esses riscos no cotidiano digital dos estudantes e a importância de estarem sempre atentos a ameaças à privacidade *online*.

## PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA ABORDAR O TEMA DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E FAKE NEWS COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

As atividades propostas agora são embasadas nos temas: Direitos Autorais, Propriedade Intelectual e Fake News, e visam informar e incentivar a reflexão crítica e a construção de uma postura responsável no uso da internet para os estudantes do Ensino Médio. Com debates, campanhas criativas e análises de casos reais,

os estudantes serão desafiados a pensar sobre os desafios éticos e legais que a sociedade digital enfrenta.

**BNCC - Habilidades de Linguagens e Ciências Humanas:**

EM13CHS102: Avaliar criticamente a produção e a circulação de informações, incluindo *fake news* e suas implicações para a liberdade de expressão e para os direitos civis.

EM13LP42: Analisar e debater a importância de identificar *fake news* e de promover uma circulação responsável da informação na internet, respeitando os limites éticos da comunicação.  
BNCC - Habilidades de Ciências Humanas e Linguagens:

EM13CHS101: Avaliar o papel da propriedade intelectual e dos direitos autorais no mundo digital, compreendendo suas implicações jurídicas e sociais.

EM13LP35: Discutir e interpretar os impactos do desrespeito aos direitos autorais na produção e na circulação de obras artísticas e intelectuais.

## ATIVIDADE 1 - ENTENDENDO OS LIMITES DA CRIAÇÃO

A proposta desta atividade é a de introduzir conceitos sobre direitos autorais e propriedade intelectual de maneira acessível, incentivando os estudantes a reconhecerem o valor do trabalho criativo próprio e alheio, isso, evidentemente, por meio de pesquisas, debates e atividades práticas solicitadas a eles.

**OBJETIVOS:**

- ➡ compreender os conceitos de direitos autorais e propriedade intelectual;
- ➡ refletir sobre a importância de respeitar o trabalho criativo e as leis que o protegem.
- ➡ estimular, de forma criativa, a conscientização

sobre o respeito às criações alheias, bem como as consequências da violação de direitos autorais.

### **MATERIAIS:**

- ➡ acesso à internet para pesquisa (ou ao material impresso sobre o tema);
- ➡ folhas de papel/cartolinas;
- ➡ marcadores, canetas e lápis de cor.

### **PASSO A PASSO:**

**Introdução ao tema:** explique brevemente os conceitos de direitos autorais e propriedade intelectual, destacando como essas leis protegem obras criativas, como músicas, livros, imagens, software e invenções.

### **Pergunte aos estudantes:**

- ➡ quais os tipos de criações que podem ser protegidas por direitos autorais?
- ➡ por que é importante proteger o trabalho criativo de outras pessoas?

**Pesquisa e Análise:** organize a turma em grupos e peça que cada grupo pesquise exemplos de violações de direitos autorais em diferentes áreas (música, cinema, tecnologia etc.). Se não houver acesso à internet, forneça materiais impressos com exemplos.

As equipes devem responder a perguntas como:

- ➡ o que aconteceu nessa situação?
- ➡ quais foram as consequências da violação de direitos autorais?

➡ o que poderia ter sido feito para respeitar os direitos do criador?

**Atividade Criativa:** campanha de conscientização, na qual cada grupo vai criar um cartaz ou campanha digital para conscientizar seus colegas sobre a importância de respeitar os direitos autorais. Eles podem escolher diferentes formatos: slogan, pôster, infográfico ou até um pequeno vídeo (caso haja recursos tecnológicos).

**Apresentação e Discussão:** cada grupo apresenta sua campanha para a turma. Em seguida, conduza uma discussão final sobre como o respeito à propriedade intelectual impacta a sociedade e a cultura digital.

## ATIVIDADE 2 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES

Ao evidenciar as *fake news* enquanto processo comunicativo, este plano de aula propõe analisar os impactos da disseminação de notícias falsas na saúde pública, na política e no convívio social como um todo. A atividade estimula ainda a discussão sobre os limites entre a liberdade de expressão e a responsabilidade no uso das plataformas digitais, possibilitando que os estudantes, no fim desse processo, estejam mais conscientes para identificar informações e conhecimentos diversos, bem como suas intencionalidades de produção e circulação.

### OBJETIVOS:

➡ compreender o impacto das *fake news* e da desinformação na sociedade;

➡ discutir os limites da liberdade de expressão na internet e as consequências da disseminação de informações falsas.

### MATERIAIS:

- ➡ vídeo curto ou notícia sobre *fake news* (opcional);
- ➡ acesso à internet ou materiais impressos para pesquisa;
- ➡ quadro branco ou cartolinas;
- ➡ canetas, marcadores.

**Duração:** 50 minutos.

### PASSO A PASSO:

#### Introdução ao tema:

- ➡ apresente o conceito de *fake news* e explique como as notícias falsas se espalham rapidamente pelas redes sociais, gerando confusão e, muitas vezes, impactos negativos na sociedade;
- ➡ explique a diferença entre liberdade de expressão e a responsabilidade no uso da informação. Pergunte: “O que são *fake news*? Por que é importante verificar as informações antes de compartilhá-las?”

**Análise de Casos Reais:** mostre um exemplo recente de *fake news* e como isso afetou a opinião pública, ou gerou consequências graves. Isso pode ser feito por meio de um vídeo curto, uma notícia impressa ou uma reportagem. Observe um exemplo recente de *fake news*: A propagação de informações falsas sobre a presença de substâncias tóxicas em vacinas infantis, principalmente naquelas aplicadas contra o sarampo e a poliomielite. Algumas postagens nas redes sociais afirmavam que essas vacinas continham “metais pesados” que poderiam causar doenças graves nas crianças, como autismo e deficiência de aprendizado. Essa informação, que

não tinha qualquer base científica, rapidamente viralizou, sendo compartilhada em grupos de pais e influenciadores da saúde. A consequência foi uma queda nas taxas de vacinação infantil em algumas regiões, o que acabou provocando novos surtos de doenças que estavam sob controle há anos, como o sarampo. Isso gerou um alerta nas autoridades de saúde e preocupou muitos profissionais da área, que começaram a trabalhar para desfazer os boatos e incentivar a vacinação. Organize a turma em grupos e peça que cada grupo pesquise um exemplo de *fake news* e o analise:

- ➡ como a informação falsa se espalhou?
- ➡ quais foram as consequências para a sociedade ou para as pessoas envolvidas?
- ➡ o que poderia ter sido feito para evitar a disseminação?

### **Debate em Grupo: Limites da Liberdade de Expressão**

Organize um debate, dividindo os estudantes em dois grupos: um que defenda que a liberdade de expressão deve ser irrestrita na internet e outro que defenda que é necessário haver limites para impedir a desinformação e os prejuízos das *fake news*. Cada grupo deve apresentar seus argumentos, refletindo sobre como equilibrar liberdade de expressão e responsabilidade social.

### **REFLEXÃO FINAL**

Encerrando o debate, discuta com a turma as implicações legais e éticas de compartilhar informações falsas. Enfatize a importância de ser um usuário responsável na internet e de sempre verificar a veracidade das informações.

## INTEGRAÇÃO DO TEMA COM OUTRAS DISCIPLINAS

A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e, mais recentemente, a transdisciplinaridade vêm ganhando destaque no debate sobre a privacidade de dados e o uso da internet, buscando equilibrar questões legais e éticas no contexto educacional. Contudo, ainda há um longo caminho para se aprofundar no entendimento desses conceitos e de suas implicações nas práticas pedagógicas. Neste contexto contemporâneo, o uso das tecnologias digitais, especialmente da internet, impõe novos desafios e oportunidades para a educação, exigindo um equilíbrio entre inovação pedagógica e o respeito às questões legais e éticas. O acesso fácil a uma ampla gama de informações e ferramentas digitais permite uma prática mais integrada e interdisciplinar, contudo, isso traz à tona a necessidade de definir com clareza os limites éticos e legais de seu uso. Na era da informação, os desafios relacionados à privacidade e à proteção de dados tornaram-se centrais na educação. O contexto educacional atual exige que os estudantes compreendam os riscos e responsabilidades associados ao uso da tecnologia. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de desenvolver essas competências e estabelece diretrizes que incentivem o uso ético e crítico das tecnologias em sala de aula. Esta seção busca estimular a discussão sobre a integração

entre as disciplinas e incentivar reflexões acerca da interdisciplinaridade, com foco nas possibilidades oferecidas pelo avanço das tecnologias educacionais e seu impacto no processo ensino-aprendizagem. Ademais, tal avanço tecnológico pode, assim, abrir caminhos para uma educação que realmente forme os estudantes para lidar com os desafios complexos da sociedade atual, através de práticas mais colaborativas e integradas, em que o estudante seja também protagonista. Portanto, exploraremos como o tema da privacidade e proteção de dados pode ser ainda incorporado, de forma interdisciplinar, no currículo escolar, dialogando com os componentes da BNCC. Em cada disciplina, apresentaremos atividades pedagógicas concretas e as respectivas habilidades desenvolvidas, visando proporcionar uma formação que prepare os estudantes para os desafios de uma sociedade cada vez mais digital. Assim, elaboramos, para cada disciplina, atividades pedagógicas concretas e as respectivas habilidades desenvolvidas, visando proporcionar uma formação que possibilite os estudantes enfrentarem os desafios de uma sociedade cada vez mais digital.

## LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa, como campo de formação crítica, oferece um espaço privilegiado para a discussão da privacidade e proteção de dados. A leitura crítica de textos jornalísticos, a análise de discursos sobre a vigilância digital e a produção de textos argumentativos sobre o impacto das novas tecnologias são oportunidades para desenvolver nos estudantes a capacidade de refletir sobre a privacidade no ambiente digital.

### Habilidades desenvolvidas:

EF69LP13: Interpretar textos argumentativos, identificando a tese e os argumentos que sustentam o ponto de vista apresentado.

EF69LP21: Produzir textos argumentativos sobre temas relevantes, como a privacidade e a proteção de dados em ambientes *online*.

**Atividade Proposta:** análise de reportagens sobre vazamento de dados pessoais, seguida da produção de um artigo de opinião que discuta os impactos sociais e éticos da proteção insuficiente de dados na internet. Essa atividade fomenta a reflexão crítica e a habilidade de construção de argumentos embasados.

## MATEMÁTICA

As reflexões aqui propostas apresentam alguns elementos necessários à reflexão acerca das diversas concepções de educação, as quais fundamentam e norteiam o ato de ensinar. A Matemática, com sua ênfase em dados e estatísticas, possibilita uma abordagem quantitativa dos temas relacionados à privacidade. A coleta e análise de dados digitais, acompanhadas da discussão sobre segurança, oferece aos estudantes uma compreensão prática de como as informações pessoais são coletadas, processadas e, eventualmente, vulnerabilizadas.

### Habilidades Desenvolvidas:

EF07MA19: Analisar e interpretar dados apresentados em gráficos e tabelas.

EF09MA20: Utilizar estatísticas e probabilidades para avaliar a segurança de dados e compreender os riscos digitais.

**Atividade Proposta:** pesquisa quantitativa sobre o uso de redes sociais pelos estudantes da escola, seguida de uma análise estatística. A atividade permite que os estudantes compreendam como os dados são manipulados e utilizados para fins comerciais ou de vigilância, gerando reflexões sobre os limites éticos desse processo.

## CIÊNCIAS DA NATUREZA

A integração do tema de proteção de dados em Ciências da Natureza pode ser feita a partir da reflexão sobre os impactos ambientais e de saúde relativos ao uso e descarte de tecnologias digitais. A expansão do armazenamento de dados e o descarte inadequado de dispositivos eletrônicos geram debates sobre sustentabilidade e segurança digital.

### Habilidades Desenvolvidas

EF08CI08: Investigar os impactos do uso de tecnologia sobre o meio ambiente e a sociedade, refletindo sobre o descarte de dados digitais.

EF09CI15: Relacionar o uso de tecnologias com a promoção da saúde e segurança, especialmente no contexto da exposição digital excessiva.

**Atividade Proposta:** discussão sobre o ciclo de vida de dispositivos eletrônicos e seus impactos ambientais. Os estudantes podem investigar como o armazenamento em massa de dados afeta o consumo de energia e os impactos ecológicos dos data centers, promovendo uma abordagem crítica sobre a infraestrutura digital que sustenta a coleta de dados.

### HISTÓRIA

No campo da História, é possível traçar paralelos entre o controle de informações em diferentes épocas e o atual debate sobre a privacidade digital. O estudo de regimes totalitários e a análise das práticas de vigilância, ao longo do tempo, permitem aos estudantes compreenderem as consequências históricas do controle sobre os dados e a informação. Buscar respostas para a questão apresentada remete-nos ao fato de que é importante considerar a influência da economia globalizada, a difusão das tecnologias da informação e o rápido ritmo de mudança no contexto econômico.

Com pouco esforço, podemos intuir que os postos de trabalho, as relações sociais e as interações interpessoais sofrem interações sociais e, com grande rapidez e bastante frequência, somos forçados a adquirir novas competências, a desenvolver outras habilidades e a mudar rotinas e condutas.

#### **Habilidades Desenvolvidas:**

EF09HI24: Analisar o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação e seus impactos históricos.

EF09HI27: Comparar diferentes contextos históricos de controle de informações, relacionando-os com as práticas contemporâneas de vigilância digital.

**Atividade Proposta:** estudo comparativo entre a vigilância durante a Guerra Fria e as práticas de monitoramento digital atuais, com ênfase em como a privacidade foi abordada ao longo do tempo. Essa investigação estimula a compreensão histórica e crítica da vigilância e do controle de informações.

## GEOGRAFIA

A disciplina de Geografia pode abordar a privacidade e a proteção de dados a partir da análise dos fluxos de informações e do uso de tecnologias de geolocalização. Com o advento dos smartphones e dispositivos de rastreamento, a coleta de dados espaciais tornou-se um tema relevante para a discussão da privacidade individual e coletiva.

### Habilidades Desenvolvidas:

EF09GE07: Analisar os fluxos de informação no espaço globalizado e seu impacto na organização do espaço geográfico.

EF09GE10: Compreender o uso de tecnologias de geolocalização e suas implicações para a privacidade e segurança de dados pessoais.

**Atividade Proposta:** estudo sobre os aplicativos de mapas e serviços de geolocalização que, promovendo uma reflexão sobre a coleta e o uso de dados geoespaciais, incentiva os estudantes a pensarem sobre os limites e desafios da privacidade em um mundo hiperconectado.

## TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DIGITAL

No contexto de Tecnologia e Educação Digital, o tema da privacidade pode ser diretamente tratado, fornecendo aos estudantes os conhecimentos necessários para navegar de forma segura no ambiente *online*. A compreensão dos direitos digitais e a prática de segurança nas plataformas virtuais são fundamentais para que os estudantes desenvolvam uma relação ética com as tecnologias.

### **Habilidades Desenvolvidas:**

EF05TD09: Compreender o conceito de segurança digital, aplicando boas práticas no uso de plataformas *online*.

EF09TD04: Identificar formas de proteção de dados pessoais em plataformas digitais e redes sociais.

**Atividade Proposta:** oficinas sobre segurança digital, ensinando os estudantes a configurarem privacidade em redes sociais, a identificar riscos em aplicativos e sites, e a promover o uso consciente da tecnologia. Essa atividade visa empoderar os estudantes para que protejam seus dados pessoais e compreendam os riscos inerentes ao ambiente virtual.

A integração do tema da **privacidade e proteção de dados** no currículo escolar, de forma interdisciplinar, é uma necessidade urgente no cenário educacional atual. Ao trabalhar esse tema em diferentes disciplinas, os educadores podem promover o desenvolvimento de habilidades críticas, analíticas e éticas, conforme previsto na BNCC. A educação para a privacidade digital prepara os estudantes para uma participação cidadã consciente, capaz de enfrentar os desafios e oportunidades de um mundo digital em constante evolução.

**Orientações importantes:** inicie a aula apresentando uma situação-problema que permita aos estudantes refletirem sobre os riscos de cibercrimes. Na era da informação, os desafios relacionados à privacidade e à proteção de dados tornaram-se centrais na educação.

O contexto educacional atual exige que os estudantes compreendam os riscos e responsabilidades associados ao uso da tecnologia, especialmente em um ambiente digital permeado por coleta massiva de dados pessoais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de desenvolver essas competências e estabelece diretrizes que incentivam o uso ético e crítico das tecnologias em sala de aula.

## CONECTANDO SABERES

Você, professor, é convidado a participar ativamente da rede *WebGuardians*, colaborando com seus conhecimentos, experiências e boas práticas por meio do Hub de Educação Digital, uma plataforma criada pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O Hub foi desenvolvido para facilitar o intercâmbio de ideias e recursos pedagógicos entre educadores, promovendo um ambiente de colaboração que valoriza o ensino e o aprendizado digital. Nele, você poderá compartilhar suas práticas pedagógicas inovadoras, materiais complementares, vídeos tutoriais, jogos interativos e outras ferramentas que enriquecem suas aulas. Ao participar, não só ajudará outros educadores a aprimorarem suas metodologias, como também se beneficiará das soluções e abordagens compartilhadas por outros colegas.

Para facilitar seu acesso, disponibilizamos um QR Code, que o levarão diretamente ao Hub de Educação Digital da Unimontes. Lá, será possível registrar suas experiências e colaborar com uma rede de educadores que, assim como você, estão comprometidos com o uso consciente e inovador das tecnologias digitais no ambiente educacional.

### QR Code para acesso ao Hub de Educação Digital



Fonte: WebGuardians  
(2024).

Os itens compartilhados e aprovados por uma equipe de especialistas serão disponibilizados no repositório do Hub. Essa iniciativa visa promover uma cultura de troca de saberes, estimulando a colaboração e a inovação entre professores. Ao compartilhar suas experiências e práticas pedagógicas, você contribuirá para o desenvolvimento de uma educação digital mais inclusiva e colaborativa, alinhada às demandas contemporâneas. Junte-se à rede e ajude a transformar o aprendizado digital para seus estudantes e colegas!

## MAIS INFORMAÇÕES

Para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre os temas abordados neste volume, há diversas referências que podem servir como base para estudos mais detalhados. A seguir, sugere-se algumas fontes que tratam de aspectos legais, éticos e técnicos relacionados à privacidade, proteção de dados, direitos autorais e cibercrimes.

➡ **Capitalismo de Vigilância – Shoshana Zuboff (2019):** a versão em português deste clássico de Zuboff examina como as grandes empresas de tecnologia coletam dados pessoais em massa para prever e modificar o comportamento humano. O livro traz uma análise crítica sobre os riscos à privacidade em um mundo digital dominado por corporações que utilizam os dados como recurso.

➡ **Privacidade, Proteção de Dados e Defesa do Consumidor – Bruno Bioni (2020):** escrita por um dos maiores especialistas brasileiros em proteção de dados, a obra oferece uma análise aprofundada sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seu impacto na privacidade e na defesa do consumidor no Brasil. Bioni discute como a LGPD transformou o cenário jurídico e empresarial do país.

➡ **Direito Digital Aplicado 6.0 – Patrícia Peck Pinheiro (2023):** nessa obra de referência, Patrícia Peck atualiza e amplia sua análise sobre o impacto das tecnologias emergentes no cenário jurídico brasileiro. O livro aborda temas como cibersegurança, inteligência artificial, blockchain, proteção de dados pessoais, e os desafios trazidos pela transformação digital, sempre com um foco na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A versão 6.0 traz novos estudos de casos e discussões sobre a regulamentação de inovações tecnológicas, oferecendo um panorama detalhado sobre as implicações legais no Brasil. Ideal para quem busca entender o direito digital de forma prática e atualizada.

## PARA EXPLORAR MAIS

Aqui estão algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas para aprofundar o conhecimento sobre os temas abordados:

### DEBATE SOBRE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

**Objetivo:** desenvolver a capacidade crítica dos estudantes sobre os limites da privacidade e o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil.

**Atividade:** divida a turma em dois grupos - um grupo defende a importância da privacidade e os direitos garantidos pela LGPD, enquanto o outro argumenta a favor da transparência e a necessidade de coleta de dados para melhorar os serviços digitais. Após o debate, promova uma reflexão sobre as diferentes perspectivas.

**Resultado esperado:** compreensão das implicações da LGPD e capacidade de argumentar criticamente sobre privacidade e proteção de dados.

### SIMULAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Objetivo:** explorar as etapas de uma investigação cibernética e os desafios enfrentados pelas autoridades para identificar e combater crimes digitais.

## WEB GUARDIANS

**Atividade:** crie um cenário fictício de um crime cibernético (como um ataque hacker ou roubo de dados) e divida a turma em equipes de “investigadores” e “especialistas técnicos.” As equipes devem coletar evidências, identificar suspeitos e sugerir soluções para prevenir futuros ataques.

**Resultado esperado:** conhecimento prático das etapas de uma investigação de crimes cibernéticos e a importância da cibersegurança.

### ANÁLISE CRÍTICA DE FAKE NEWS

**Objetivo:** preparar os estudantes a identificar notícias falsas e compreender seu impacto na sociedade.

**Atividade:** distribua uma série de notícias (algumas verdadeiras e outras falsas) e peça aos estudantes para investigarem a veracidade de cada uma, utilizando ferramentas de verificação de fatos. Em seguida, os estudantes devem discutir as estratégias que usaram para identificar as *fake news* e como podem evitar espalhá-las no futuro.

**Resultado esperado:** desenvolvimento da habilidade de verificar informações e uma maior conscientização sobre o impacto das *fake news*.

### CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE PRIVACIDADE

**Objetivo:** levar os estudantes à compreensão de como as políticas de privacidade funcionam e como elas protegem os dados dos usuários.

**Atividade:** peça aos estudantes para redigirem uma política de privacidade fictícia para um aplicativo ou site, destacando os principais elementos que protegem os dados dos usuários (coleta, uso, armazenamento

e exclusão de dados). Em seguida, compare as políticas criadas com exemplos reais.

**Resultado esperado:** compreensão do papel das políticas de privacidade e das medidas legais para proteger os dados pessoais.

## ESTUDO DE CASO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

**Objetivo:** discutir estratégias para identificar violações de direitos autorais e aplicar soluções legais e éticas.

**Atividade:** apresente um caso real ou fictício de violação de direitos autorais, como o uso não autorizado de imagens, músicas ou textos. Peça aos estudantes que analisem o caso e sugiram soluções legais e práticas para resolver o problema, incluindo a forma correta de citar autores e obter permissões.

**Resultado esperado:** compreensão prática dos direitos autorais e a capacidade de aplicar essas regras em atividades cotidianas.

## CRIAÇÃO DE UM GUIA DE SEGURANÇA DIGITAL PARA ADOLESCENTES

**Objetivo:** preparar os estudantes a entenderem os principais riscos cibernéticos e como se protegerem na internet.

**Atividade:** divida a turma em grupos e peça para cada grupo criar um guia de segurança digital voltado para adolescentes, abordando temas como privacidade, *cyberbullying*, uso responsável das redes sociais e proteção de dados pessoais. O guia pode ser apresentado em formato digital, como um infográfico ou um vídeo educativo.

**Resultado esperado:** aprofundamento do conhecimento sobre segurança digital e a criação de um material prático e educativo.

### PROJETO DE COMBATE ÀS FAKE NEWS

**Objetivo:** desenvolver uma campanha de conscientização sobre a importância de verificar informações antes de compartilhar.

**Atividade:** os estudantes devem desenvolver uma campanha de combate às *fake news*, com foco em educar o público sobre como identificar as fontes e verificar notícias falsas. Eles podem criar posts para redes sociais, vídeos curtos, ou até um podcast que aborde o tema. A campanha pode ser apresentada à comunidade escolar.

**Resultado esperado:** engajamento dos estudantes no combate à desinformação e conscientização sobre a importância de verificação de informações.

### JOGO DE RPG: INVESTIGAÇÃO DE UM CRIME DIGITAL

**Objetivo:** simular uma investigação de crimes digitais usando um formato de jogo de RPG (Role-Playing Game), desenvolvendo a capacidade de resolução de problemas.

**Atividade:** cada estudante assume o papel de um personagem envolvido em um caso de crime digital (investigadores, hackers, testemunhas etc.). O professor age como o “mestre do jogo”, guiando a narrativa e desafiando os estudantes a resolverem o caso com base nas evidências apresentadas.

**Resultado esperado:** através da narrativa e da solução de problemas, os estudantes compreenderão melhor

como os crimes digitais são investigados e prevenidos. Essas atividades são projetadas para aprofundar o entendimento dos estudantes sobre questões complexas, como privacidade digital, direitos autorais, crimes cibernéticos e desinformação, estimulando tanto o pensamento crítico quanto a aplicação prática dos conceitos aprendidos.

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. D.; SOARES, T. A. *Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no cenário digital*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 27, n. 3, p. 26-45, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/tb9c-zy3W9RtzgbWWxHTXkCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2024.

ALVES, M. A. S.; MACIEL, E. R. H. *O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto*. Internet & Sociedade, v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024

BORGES, G. S.; QUEIROZ, L. Z. *Fake news ou desinformação? Os limites da liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Editora jc, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/fake-news-ou-desinformacao-os-limites-da-liberdade-de-expressao/>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012. Altera o decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - código penal, o decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12735&ano=2012&ato=0baoXUq1kMVP-WT8d3http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3688.htm](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12735&ano=2012&ato=0baoXUq1kMVP-WT8d3http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm). Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=139717&filename=LegislacaoCitada%20PL%201206/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=139717&filename=LegislacaoCitada%20PL%201206/2003). Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/551485>. Acesso em: 5 out. 2024.

CHAGAS, E. E. *Propriedade intelectual*. Brasília: TJDF, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/>

imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2021/propriedade=-intelectual#:~:text=A%20propriedade%20intelectual%20est%C3%A1%20vinculada,%2C%20o%20lazer%2C%20a%20arte. Acesso em: 4 out. 2024.

COSTA, E. S.; SILVA, R. C. Crimes cibernéticos e investigação policial. *Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/06/Crimes-ciberne%CC%81ticos-e-investigac%CC%A7a%CC%83o-policial.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

DONEDA, D. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. *Espaço Jurídico, Joaçaba*, v. 12, n. 2, p. 91-108, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315/658>. Acesso em: 4 out. 2024.

FERREIRA, D. A. A.; PINHEIRO, M. M. K.; MARQUES, R. M. Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectiva histórica. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 151-172, set./fev. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/ /Downloads/stamiko,+08\\_179778\\_PrivacidadeProtecaodados.pdf](file:///C:/Users/ /Downloads/stamiko,+08_179778_PrivacidadeProtecaodados.pdf). Acesso em: 4 out. 2024.

FRIGOTTO, G. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. In: MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez. 1991.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A. P.;

BIANCHETTI, L. (orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADOTTI, M. *A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1993.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. *Proteção sui generis*. Montes Claros: IFNMG, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/pesquisa/1276-protecao-sui-generis>. Acesso em: 4 out. 2024.

LOWENKRON, L. *Pornografia infantil na internet: pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. *Internet oferece riscos para crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: ALMG, 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Internet-oferece-riscos-para-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 6 out. 2024.

MONTEIRO, E. *Projetos em análise no Senado combatem desinformação e fake news*. Brasília: Senado Notícias, 29 set. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/26/projetos-em-analise-no-senado-combatem-desinformacao-e-fake-news>. Acesso em: 7 out. 2024.

PIAIA, V. *Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. Teoria e Cultura Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 22-39, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12427>. Acesso em: 7 out. 2024.

PURIFICAÇÃO, J.; VIANA, R. Proteção digital da infância e adolescência: desafios emergentes na prevenção e combate aos crimes cibernéticos no Brasil. *Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Direito, Psicologia*, v. 27, n. 128, nov. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/protECAo-digital-da-infancia-e-adolescencia-desafios-emergentes-na-prevencao-e-combate-aos-crimes-ciberneticos-no-brasil/>. Acesso em: 6 out. 2024.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* São Paulo: Estação das Letras, 2018.

SOUZA, M. A.; MURAKAWA, L. S. G. *Guia prático I: introdução à propriedade intelectual*. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: [https://www.inovacao.usp.br/wp-content/uploads/sites/300/2017/10/CARTILHA\\_PI\\_bom.pdf](https://www.inovacao.usp.br/wp-content/uploads/sites/300/2017/10/CARTILHA_PI_bom.pdf). Acesso em: 4 out. 2024.

TOFFOLI, J. A. D. *Fake news, desinformação e liberdade de expressão*. Interesse Nacional, jul./set. 2019. Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7624/2019\\_toffoli\\_fake\\_news\\_desinformacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7624/2019_toffoli_fake_news_desinformacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 7 out. 2024.



### **Alcino Franco de Moura Júnior**

<http://lattes.cnpq.br/7947733583131601>

*Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professor no Departamento de Ciências da Computação da Unimontes. Assessor de Comunicação/Projetos do Centro de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT), Coordenador Adjunto de Projetos do Centro de Educação a Distância (CEAD), Coordenador Adjunto do Laboratório de Educação Digital (LED), do projeto de extensão Hubware, e do Curso de Administração Pública do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).*



### **Harmony Diosinay Maciel de Araújo**

<https://lattes.cnpq.br/5845374965142052>

*Mestre em Desenvolvimento Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Franca. Possui experiência na área de educação infantil e pedagogia Waldorf. Pesquisa sobre infância dentro dos movimentos sociais e construção de identidade.*



### **Vânia Ereni Lima Vieira**

<https://lattes.cnpq.br/9578584709546551>

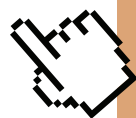
*Mestre em Relações Internacionais (UDE) e Educação (Unimontes), especialista em Recursos Hídricos (UFMG), Direito Administrativo e Metodologias Ativas (UNIFIPMoc). Graduada em Direito, é presidente da CPA (2024) da UNIFIPMoc, professora na UNIMONTES e membro do CONSUP e CONSEPE da UNIFIPMoc. Vice-presidente da Comissão do Exame de Ordem da 11ª Subseção da OAB/MG, coordenadora regional do ICP em Montes Claros e assessora de projetos no CEAD-UNIMONTES. Advogada inscrita na OAB-MG n.º 109.372.*



### **Wane Elayne Soares Eulálio**

*Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Metodologia Científica e Epistemologia da Pesquisa pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista em Didática: O ensino e a pesquisa na Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista Educação a Distância pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professora de Educação Superior da Universidade Estadual de Montes Claros pelo Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais. Atuou como Coordenadora de Tutoria da UAB/Unimontes (2008/2019). Tutora de Pós-Graduação em Metodologia de Ensino UAB/Unimontes. Orientadora da Pós-Graduação em Educação do Campo UAB/unimontes. Atua como membro da equipe do Programa Educar Unimontes. Atua como membro efetivo representante da Sociedade Civil dos Conselhos Municipais de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Montes Claros. Atual representante de direito do Fundo da Criança e do Adolescente na cidade de Montes Claros. Autora do Projeto de Inclusão para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Montes Claros MG.*

# WEB GUARDIANS



EDITORA  
  
**Unimontes**